Sexta-feira, 10 de abril de 2026 **I Série — Número 76**

DIÁRIO da Assembleia da República

XVII LEGISLATURA 1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (2025-2026)

REUNIÃO PLENÁRIA DE 9 DE ABRIL DE 2026

Presidente: Ex.mo Sr. Rodrigo Miguel Dias Saraiva

Secretários: Ex.mos Srs. Francisco Maria Gonçalves Lopes Figueira
José António Ribeiro de Carvalho
Joana Fernanda Ferreira de Lima
Maria Germana de Sousa Rocha

S U M Á R I O

O Presidente (Rodrigo Saraiva) declarou aberta a sessão às 15 horas e 2 minutos.

Foi aprovado um parecer da Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados relativo à retoma de mandato de uma Deputada do Livre.

Foi aprovado o Projeto de Deliberação n.º 25/XVII/1.ª (PAR) — Concessão de processo de urgência – Proposta de Lei n.º 67/XVII/1.ª (GOV).

Foram apreciados, na generalidade, a Proposta de Lei n.º 63/XVII/1.ª (GOV) — Altera a Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, relativa às regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas, e o Projeto de Lei n.º 542/XVII/1.ª (PAN) — Procede à alteração da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, reduzindo os prazos de pagamento em atraso das entidades públicas e criando um regime especial aplicável às associações humanitárias de bombeiros. Usaram da palavra, a diverso título, além do Secretário de Estado Adjunto e do Orçamento (José Maria Brandão de Brito), os Deputados João Ribeiro (CH), Ana Isabel Ferreira (PSD), Carlos Guimarães Pinto (IL),

Filipe Sousa (JPP), Marina Gonçalves (PS), Alfredo Maia (PCP), Patrícia Gonçalves (L), João Pinho de Almeida (CDS-PP), Inês de Sousa Real (PAN), António Carneiro (CH) e Marco Claudino (PSD).

Foi discutida, na generalidade, a Proposta de Lei n.º 64/XVII/1.ª (GOV) — Transpõe a Diretiva (UE) 2023/2226 e a Diretiva (UE) 2025/872, de 14 de abril de 2025, relativa à cooperação administrativa no domínio da fiscalidade, e a alterar o Regime do Imposto Mínimo Global, juntamente com o Projeto de Resolução n.º 801/XVII/1.ª (BE) — Pela taxação justa dos milionários e dos multimilionários. Intervieram, a diverso título, além da Secretária de Estado dos Assuntos Fiscais (Cláudia Reis Duarte), os Deputados Francisco Gomes (CH), Célia Freire (PSD), Fabian Figueiredo (BE), Alfredo Maia (PCP), João Pinho de Almeida (CDS-PP), Filipe Sousa (JPP), Miguel Matos (PS), Tomás Pereira (L), Patrícia Almeida (CH), Mário Amorim Lopes (IL) e Pedro Coelho (PSD).

Foram apreciados, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs 455/XVII/1.ª (CH) — Estabelece o regime de reembolso das despesas de funeral para menores, dependentes e pessoas com incapacidade permanente e absoluta para o trabalho, 411/XVII/1.ª (PAN) — Procede ao aumento do subsídio de funeral em caso de falecimento de menores de 18 anos e de pessoas maiores acompanhadas, alterando o Decreto-Lei n.º 176/2003, de 2 de agosto, 436/XVII/1.ª (JPP) — Altera o artigo 54.º do Decreto-Lei n.º 322/90, de 18 de outubro, alargando o reembolso de despesas de funeral aos casos de falecimento de menores e de pessoas com deficiência/incapacidade, 438/XVII/1.ª (L) — Aumenta o valor do subsídio de funeral a atribuir pela Segurança Social em caso de morte de uma criança, 456/XVII/1.ª (PS) — Reforça o valor do subsídio de funeral, em particular no caso de morte de menor ou de titular do estatuto de maior acompanhado, procedendo à décima oitava alteração do Decreto-Lei n.º 176/2003, de 2 de agosto, 464/XVII/1.ª (PCP) — Aumenta o montante do subsídio de funeral em caso de morte de menor de 18 anos ou de pessoas com deficiência, alterando o Decreto-lei n.º 176/2003, de 2 de agosto, 537/XVII/1.ª (IL) — Aumenta o subsídio de funeral de crianças e jovens e 546/XVII/1.ª (BE) — Aumenta o valor do subsídio de funeral no caso de morte de menor de 18 anos e de pessoa com incapacidade. Usaram da palavra, a diverso título, os Deputados Catarina Salgueiro (CH), Manuela Carvalho (PSD), Inês de Sousa Real (PAN), Tomás Pereira (L), Dália Miranda (PS), Joana Cordeiro (IL), Alfredo Maia (PCP), Fabian Figueiredo (BE), Isaura Morais (PSD), Armando Grave (CH), João Pinho de Almeida (CDS-PP), Miguel Cabrita (PS), Pedro Pinto e Lina Pinheiro (CH).

Procedeu-se à apreciação do Decreto-Lei n.º 132/2025, de 24 de dezembro, que cria a Agência para a Investigação e Inovação, E.P.E., com a transformação da Agência Nacional de Inovação, S.A., e a fusão da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., bem como à aprovação do respetivo regime jurídico [Apreciação Parlamentar n.º 8/XVII/1.ª (PS)], tendo usado da palavra, a diverso título, além do Ministro da Educação, Ciência e Inovação (Fernando Alexandre), os Deputados Porfírio Silva (PS), Liliana Sousa (PSD), Angélique Da Teresa (IL), Alfredo Maia (PCP), Patrícia Gonçalves (L), Maria José Aguiar (CH), Inês de Sousa Real (PAN), Fabian Figueiredo (BE), Filipe Sousa (JPP), João Pinho de Almeida (CDS-PP), Rui Cardoso (CH), Ana Gabriela Cabilhas (PSD) e Aida Carvalho (PS).

O Presidente (Rodrigo Saraiva) encerrou a sessão eram 18 horas e 23 minutos.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Muito boa tarde, Sr.as e Srs. Deputados, vamos dar início aos trabalhos da reunião plenária de hoje.

Eram 15 horas e 2 minutos.

Temos cinco pontos na ordem de trabalhos, e começo por solicitar aos Srs. Agentes da autoridade que abram as galerias e deixem entrar os cidadãos, os fotógrafos e os jornalistas que queiram acompanhar a sessão.

Peço ao Sr. Secretário que faça a leitura do expediente do dia.

O Sr. **Secretário** (Francisco Figueira): — Sr. Presidente, informo a Câmara de que se encontram disponíveis nos suportes institucionais da Assembleia da República todas as iniciativas que deram entrada desde o dia de ontem, data da nossa última reunião.

Temos também um parecer da Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados, no sentido de informar sobre a retoma do mandato da Sr.ª Deputada Isabel Mendes Lopes (L), eleita pelo círculo eleitoral de Lisboa, com efeitos a partir do dia 11 de abril, inclusive.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Vamos então fazer a votação deste parecer.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

O primeiro ponto da ordem de trabalhos é a votação do Projeto de Deliberação n.º 25/XVII/1.ª (PAR) — Concessão de processo de urgência – Proposta de Lei n.º 67/XVII/1.ª (GOV), que estivemos ontem a debater.

Vou então colocar à votação este projeto de deliberação.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Vamos entrar no segundo ponto da nossa ordem de trabalhos, que consiste no debate conjunto, na generalidade, da Proposta de Lei n.º 63/XVII/1.ª (GOV) — Altera a Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, relativa às regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas e do Projeto de Lei n.º 542/XVII/1.ª (PAN) — Procede à alteração da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, reduzindo os prazos de pagamento em atraso das entidades públicas e criando um regime especial aplicável às associações humanitárias de bombeiros.

Dou a palavra ao Sr. Secretário de Estado Adjunto e do Orçamento para abrir o debate, dispondo de 7 minutos para a sua intervenção.

O Sr. **Secretário de Estado Adjunto e do Orçamento** (José Maria Brandão de Brito): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: A proposta de lei que hoje trazemos procede à quinta alteração à Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, um diploma estruturante da disciplina financeira do Estado.

O XXV Governo Constitucional apresentou-se com um programa que inclui o compromisso de garantir a continuação da redução dos pagamentos em atraso do Estado às empresas. O pagamento atempado das faturas mantém o dinheiro em circulação, é como o sangue que corre nas veias da economia, e assegura que as empresas têm disponibilidade e previsibilidade na sua gestão de tesouraria.

Um Estado que não paga a tempo e horas força as empresas a serem suas credoras e abdica de ser credível. Por isso, com esta alteração, procedemos à fixação de novos prazos para os pagamentos das entidades públicas, que passam a ter de ser efetuados, regra geral, em 30 dias, podendo apenas em circunstâncias excecionais ir até 60 dias, sob pena de pagamento de juros de mora aos credores.

Assim, esta proposta reforça a credibilidade do Estado enquanto agente económico responsável; os direitos dos credores, com a consagração expressa do direito a juros de mora; e a transparência da execução orçamental, ao atualizar a definição de fundos disponíveis, alinhando-a com a prática orçamental que vem sendo mantida desde a Lei do Orçamento do Estado para 2013.

Esta proposta que hoje apresentamos dá ainda continuidade a outras medidas destinadas à redução dos prazos médios de pagamento.

Com o Orçamento do Estado para 2025, previmos que as regiões autónomas podiam contrair dívida até 150 milhões de euros cada, para reduzir os pagamentos em atraso, bem como a transferência extraordinária de 75 milhões de euros para a Região Autónoma dos Açores e de 50 milhões de euros para a Região Autónoma da Madeira, para redução da respetiva dívida total.

Com o Orçamento do Estado para 2026, previmos a transferência extraordinária de 75 milhões de euros para cada uma das regiões autónomas, num total de 150 milhões de euros, para continuarem esse esforço de redução da respetiva dívida total.

Mais, reconhecendo a sensibilidade do Serviço Nacional de Saúde, os Governos da AD (Aliança Democrática) injetaram sucessivas verbas para regularizar a dívida da saúde aos seus fornecedores: 975 milhões de euros em 2024, 1300 milhões de euros em 2025 e, já em 2026, 1230 milhões de euros. Os resultados começam a surgir e, por isso, vemos que, enquanto em 2022, os hospitais E.P.E. (Entidade Pública Empresarial) pagavam aos seus fornecedores, em média, em 172 dias, no 4.º trimestre de 2025 já o fazem em 97 dias.

Ainda há muito por fazer, mas não falta a este Governo empenho para lá chegar.

Sr.as e Srs. Deputados, pagamentos públicos mais rápidos significam melhor tesouraria para as empresas, menos recurso forçado ao crédito bancário e maior capacidade de investimento e de criação de valor. Por estas razões, entendemos que esta é uma proposta necessária, equilibrada e de interesse público, merecendo o apoio desta Casa.

Já neste ano, deram entrada várias iniciativas de diferentes partidos com o propósito comum de mitigar ou inverter os prazos médios de pagamentos do Estado. Havendo este consenso alargado no diagnóstico, devemos estar também unidos na solução.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — O Sr. Secretário de Estado tem um pedido de esclarecimento, que vai ser feito pelo Grupo Parlamentar do Chega, e aproveito para pedir à Câmara que vá criando as condições para que se consigam ouvir as intervenções e os pedidos de esclarecimento, porque durante a intervenção estava bastante ruído, para aquilo que considero aceitável.

Pausa.

Sr. Secretário de Estado, afinal são dois pedidos de esclarecimento, e imagino que responda em conjunto.

O Sr. **Secretário de Estado Adjunto e do Orçamento**: — Sim, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — O primeiro é do Grupo Parlamentar do Chega e o segundo é do Grupo Parlamentar do PSD.

Vamos então começar pelo Grupo Parlamentar do Chega e, até 2 minutos, tem a palavra o Sr. Deputado João Ribeiro para pedir esclarecimentos.

O Sr. **João Ribeiro** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário de Estado, o Estado tem por obrigação ser um exemplo, uma bússola de como os agentes económicos se devem comportar. Por isso, é com agrado que vemos a intenção — reforço: a intenção! — que o Governo tem ao apresentar hoje esta proposta de lei.

Também é com agrado que vemos o Governo apresentar esta proposta de lei apenas, entre aspas, dois meses depois do projeto de resolução do Chega, aprovado nesta Câmara, que recomendava ao Governo tomar medidas no sentido de reduzir os prazos de pagamento.

No entanto, Sr. Secretário de Estado, continuamos com várias preocupações. Desde logo, o seu Governo não está bem na fotografia no que respeita a cumprir o que promete. Anuncia muito bem, publicita ainda melhor, mas no cumprir e executar é que está o problema.

Aplausos do CH.

Vejamos o exemplo recente dos apoios às tempestades: na boca do Governo, nunca se respondeu tão depressa, nunca se deu tanto apoio, mas no terreno, as pessoas, as empresas, os municípios continuam sem ver os apoios chegar. Esta lei é mesmo para cumprir?

Outra preocupação são os chamados «contratos de compromisso», muito utilizados na administração local e central em serviços já prestados e bens já fornecidos, mas que só são faturados quando os organismos públicos dispõem de tesouraria para pagar. Como vai o Governo controlar estas situações? No fundo, como vai controlar os cumpridores artificiais?

Vozes do CH: — Muito bem!

O Sr. **João Ribeiro** (CH): — Sr. Secretário de Estado, Srs. Deputados, o Estado tem mão muito firme e muito pesada sobre aqueles que não cumprem, às vezes só por 1 minuto, e ainda bem que assim é!

A questão principal e mais importante que os cidadãos querem ver respondida é o que acontece ao Estado se não cumprir. Vai haver reciprocidade? Isto é, os credores a quem o Estado não cumpre vão ser compensados financeiramente no valor das multas, dos juros e das coimas que o mesmo Estado cobra?

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — O próximo pedido de esclarecimento é do Grupo Parlamentar do PSD. Para o efeito, até 2 minutos, tem a palavra a Sr.ª Deputada Ana Ferreira.

A Sr.ª **Ana Isabel Ferreira** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, Sr. Secretário de Estado, Srs. Deputados, o Grupo Parlamentar do PSD reconhece a importância desta proposta de lei e fá-lo com sentido de responsabilidade, o mesmo sentido de responsabilidade que sempre defendemos na gestão das contas públicas e na relação do Estado com a economia.

Durante demasiado tempo, o Estado português falhou num aspeto essencial: cumprir atempadamente os seus compromissos. E, quando falha, o Estado não falha sozinho, arrasta consigo as empresas.

Por isso, importa dizer que esta proposta vai no rumo certo. Vai no rumo certo, ao alinhar Portugal com o enquadramento europeu; vai no rumo certo, ao clarificar prazos e ao assumir o objetivo dos 30 ou 60 dias; vai no rumo certo, ao consagrar juros de mora automáticos, reforçando o direito dos credores; e vai no rumo certo, ao aproximar o conceito de fundos disponíveis da realidade da execução orçamental.

Mas há um ponto que, para o PSD, é — como aliás sempre foi — absolutamente essencial: a credibilidade do Estado. Por isso, valorizamos que esta proposta não se limite a princípios, mas introduza mecanismos de controlo mais exigentes e reforce a responsabilização dos dirigentes públicos.

O PSD sempre defendeu contas certas, disciplina orçamental e respeito pelos compromissos assumidos, e é essa coerência que hoje reafirmamos. Saudamos o facto de este Governo acompanhar e antecipar até a evolução europeia nesta matéria, e saudamos também o facto de continuar a assumir os compromissos do seu programa eleitoral e o compromisso assumido no Programa do Governo.

O Sr. **Marco Claudino** (PSD): — Muito bem!

A Sr.ª **Ana Isabel Ferreira** (PSD): — Portugal precisa de leis que se cumpram, precisa de um Estado que dê o exemplo e precisa de uma Administração Pública que seja parte da solução e não um fator de bloqueio à atividade económica.

Por isso, pergunto, Sr. Secretário de Estado: que impacto espera o Governo que estas medidas tenham na confiança das PME (pequenas e médias empresas) e na previsibilidade dos pagamentos do Estado, especialmente num contexto em que a liquidez é determinante para a sobrevivência de muitas empresas?

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Para responder, até 3 minutos, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado.

O Sr. **Secretário de Estado Adjunto e do Orçamento**: — Sr. Presidente, muito obrigado pelo pedido de esclarecimento, Sr. Deputado João Ribeiro. Começava por dizer que, quando questiona se esta revisão da LCPA (Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso) é para cumprir, eu diria que já a estamos a cumprir.

O Sr. **Marco Claudino** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Secretário de Estado Adjunto e do Orçamento**: — Na minha intervenção inicial, dei vários exemplos de como este Governo está absolutamente empenhado em reduzir o prazo médio de pagamentos, porque sabe a restrição que constituem os atrasos do Estado nos pagamentos aos seus fornecedores.

Portanto, temos feito um esforço orçamental muito significativo no sentido de transferir, nomeadamente para o seio do SNS (Serviço Nacional de Saúde), as verbas suficientes para ir reduzindo de forma bastante significativa — eu diria, quase radical — os prazos médios de pagamento.

Este é um processo. O nosso compromisso — e confio que vamos lá chegar — é o de que, no final da legislatura, os prazos médios de pagamento no SNS estejam conformes com a lei, ou seja, abaixo dos 60 dias.

Relativamente ao pedido de esclarecimento da Sr.ª Deputada Ana Ferreira, do PSD, a razão pela qual este tema está tão premente nos Programas do XXIV e XXV Governos Constitucionais é, precisamente, porque acreditamos que os pagamentos a tempo e horas por parte do Estado não só reduzem os encargos financeiros das empresas como também aumentam a previsibilidade da tesouraria, da gestão financeira das empresas, o que gera mais investimento, cria mais valor e leva também a uma maior criação de emprego.

Por outro lado, tem esta vantagem colateral de tornar mais atrativo para as empresas fazer fornecimentos ao Estado, o que aumenta a concorrência e, logo, a qualidade e a quantidade do leque de serviços e bens para contratar à disponibilidade do Estado, reduzindo também os seus preços.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Antes de passarmos às intervenções dos grupos parlamentares, gostaria de fazer referência às assistências que temos hoje nas galerias: um grupo de 48 cidadãos do Passeio Municipal Sénior de Paços de Ferreira, um grupo de 50 cidadãos da Junta de Freguesia de Parada de Todeia, do Porto, e um grupo de cidadãos de Aguiar da Beira. A todos, sejam bem-vindos à Casa da democracia.

Aplausos gerais.

Estes aplausos são também para um grupo de cidadãos de Olhão e para um grupo de cidadãos da Trofa, que também estão presentes.

Aplausos gerais.

A primeira intervenção neste ponto vai ser do Grupo Parlamentar da Iniciativa Liberal. Até 3 minutos, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Guimarães Pinto.

O Sr. **Carlos Guimarães Pinto** (IL): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Secretários de Estado: Há qualquer coisa profundamente errada num Estado que exige tudo a tempo e horas às pessoas, mas que acha normal pagar fora de prazo aos seus fornecedores.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Carlos Guimarães Pinto** (IL): — Para cobrar, o Estado é implacável, para multar é rápido, para penhorar é eficiente, mas para pagar logo se vê.

Estamos hoje aqui, com mais de 14 anos de atraso, a legislar o que deveria ser óbvio. O que esta proposta vem dizer é, finalmente, que o Estado tem de pagar a tempo e horas e que o credor tem direito a juros de mora automáticos sem ter de bater à porta do Estado a pedir o que deveria ser seu por direito.

Isto é bom, mas é o mínimo.

O que esta proposta não faz, e deveria fazer, é responsabilizar alguém se não for cumprido. Não há um gestor público que responda por atrasos, não há uma penalização, não há nenhuma garantia de que esta lei seja mesmo aplicada, porque ninguém será punido se não for.

Estamos aqui a discutir esta lei como se pagar a tempo fosse um favor que o Estado faz às pessoas — não é! Numa economia normal, pagar a tempo não é um favor, é o mínimo de respeito, principalmente quando se trata do Estado, que é implacável a cobrar.

Quando paga tarde, o Estado não está só a falhar uma data, está a esmagar tesourarias, a sufocar pequenas empresas, a atrasar salários, a travar investimento e a destruir a confiança do tecido económico do próprio Estado.

Sr. Secretário de Estado, legislar é fácil, difícil é fazer com que o Estado cumpra a lei. E, nesta questão dos pagamentos, o Governo da AD não tem os melhores indicadores até agora. No final de 2023, havia sete entidades da administração central com prazos médios de pagamento superiores a 60 dias. Hoje temos nove entidades, das quais seis têm prazos superiores a 90 dias.

Um Governo competente não se mede apenas pela quantidade de leis que produz, porque escrever é fácil, mede-se pela capacidade de pôr o Estado a cumpri-las. Portugal precisa de um Estado sério, e ser sério começa por uma coisa básica: quem exige pontualidade aos outros tem de ser o primeiro a cumpri-la.

Por isso, votaremos a favor desta proposta, mas que fique registado: aprovar esta lei não chega, é preciso aplicá-la. Escrever leis é fácil, difícil é fazer com que o Estado as cumpra.

Aplausos da IL.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — A próxima intervenção é do Sr. Deputado Filipe Sousa, do JPP, que tem até 1 minuto para o efeito.

O Sr. **Filipe Sousa** (JPP): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Hoje discutimos uma proposta que toca num problema antigo do Estado, o dos pagamentos em atraso. É uma realidade que afeta empresas, trabalhadores e a confiança da própria Administração Pública.

Como fica claro na exposição de motivos desta iniciativa, pretende-se alinhar a legislação nacional com a diretiva europeia, reforçando prazos e garantindo o direito a juros de mora sem necessidade de interpelação. Mas a pergunta, simples, é a seguinte: será isto suficiente?

Entendo que não basta ajustar a lei. É preciso mudar a prática porque o problema não está apenas nos prazos legais, está na cultura de incumprimento por parte do Estado.

Saudamos desta forma os avanços, mas acho que devemos exigir mais: rigor na execução, responsabilização efetiva, como já foi dito, e transparência nos pagamentos.

Acima de tudo, um Estado que paga a tempo é um Estado que respeita a sua economia e os seus cidadãos.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — A próxima intervenção é do Grupo Parlamentar do Partido Socialista e tem a palavra a Sr.ª Deputada Marina Gonçalves, dispondo de 5 minutos.

A Sr.ª **Marina Gonçalves** (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Ministro, Sr. Secretário de Estado: À partida, quando olhamos para este diploma e para a sua exposição de motivos, o princípio que está subjacente ao diploma é um princípio que partilhamos, a preocupação com os pagamentos em atraso do Estado e a definição de medidas para poder resolvê-lo. O problema é que o diploma traz tudo menos uma solução. O que traz é um garrote adicional para a Administração Pública, o que traz é mais uma entropia para a autonomia do poder local.

O problema dos pagamentos em atraso não está em definir prazos menores, não está em definir um novo conceito de fundos disponíveis que, na verdade, dá ao Estado ferramentas para impedir a execução, nomeadamente, do SNS, da escola pública, do IHRU (Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana); ou, algo ainda mais grave, violando a própria autonomia do poder local com mais garrotes através desta lei.

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — Ora bem!

A Sr.ª **Marina Gonçalves** (PS): — O problema dos pagamentos em atraso é muito mais estrutural e, sim, porque não é um problema de hoje, carece desta avaliação de conjunto. O que não carece é de uma lei cega que, na verdade, ao arrepio de uma diretiva de 2011 que dizem querer transpor, só vem impedir que as autarquias locais, o SNS, a escola pública e as medidas de habitação funcionem.

Por isso, Sr. Secretário de Estado, deixe-me dizer-lhe o seguinte: se hoje fosse a votação final global, o Partido Socialista seria terminantemente contra este diploma, por considerar que ele não resolve o problema de fundo — os pagamentos em atraso e a relação de confiança que temos de estabelecer com as empresas —…

O Sr. **João Ribeiro** (CH): — No tempo do PS é que era bom!

A Sr.ª **Marina Gonçalves** (PS): — … e que não resolve, aliás, prejudica, o investimento público que tanto pedimos às autarquias.

Um Governo que, nos últimos meses, disse «queremos celeridade, nós calçamos as galochas e até vamos para as zonas das intempéries resolver os problemas, só não se resolvem porque os autarcas não têm capacidade para responder», depois, apresenta aqui diplomas que, na verdade, vêm impedir que essas autarquias funcionem com a celeridade e a transparência que, acho que comumente comungamos, são princípios que devemos salvaguardar.

Por isso, Sr. Secretário de Estado, como dizia, nós não vamos votar contra este diploma por um motivo: porque em sede de especialidade queremos fazer precisamente o oposto do que está previsto neste diploma. Queremos olhar para os pagamentos em atraso e encontrar soluções robustas e estruturais,…

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Foi o que sempre fizeram, não pagar!

A Sr.ª **Marina Gonçalves** (PS): — … mas queremos olhar também para a Lei dos Compromissos — que sempre criticámos e por isso fomos melhorando, para dar autonomia e flexibilidade às instituições para poderem melhorar ainda mais —, para dar as tais ferramentas que dizem querer dar aos municípios para estes, nomeadamente nas intempéries, poderem responder.

O Sr. **João Ribeiro** (CH): — Estamos de acordo.

A Sr.ª **Marina Gonçalves** (PS): — Por isso, Sr. Secretário de Estado, Srs. Deputados — aqui, o desafio é mais para os Srs. Deputados! — deixo-vos este nosso compromisso: nós viabilizaremos o diploma para a especialidade, mas contamos com este Parlamento para fazer a discussão como ela deve ser feita.

É importante que olhemos para o diploma e vejamos o que é que ele traz, porque ele não traz soluções para os pagamentos em atraso. Na verdade, o que ele traz são problemas para as autarquias, para o nosso Serviço Nacional de Saúde, para a nossa escola pública e para todo o investimento que devemos fazer no território.

Aplausos do PS.

Por isso, esperemos que daqui a umas semanas estejamos aqui a votar este mesmo diploma, mas com um conteúdo diametralmente oposto, precisamente para responder às empresas, mas também para responder a um desígnio tão presente no discurso do Governo e tão longe da lei que aqui apresenta: celeridade, transparência, flexibilidade e resposta eficaz às pessoas e às empresas.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — A próxima intervenção é do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português, pelo que, até 3 minutos, tem a palavra o Sr. Deputado Alfredo Maia.

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: O dito espírito reformista a que os Governos PSD/CDS nos habituaram repõe em discussão a Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, mas não para favorecer entidades públicas ao serviço do povo.

Os pagamentos em atraso não se devem à má vontade das entidades públicas. Não está em causa a necessidade de combater os atrasos e de melhorar o relacionamento financeiro entre todas as entidades, mas não é pela via administrativa que tal desidrato se atinge.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Então?

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Veja-se a realidade das autarquias locais, o seu subfinanciamento crónico, a par da aplicação da Lei dos Compromissos. É enorme a asfixia e são graves os problemas de gestão que colocam em causa o serviço às populações, que se agravou com o processo de transferência de encargos não acompanhado dos recursos financeiros necessários, e, agora, com despesas não previstas para acorrer às intempéries e aos efeitos do aumento dos preços dos combustíveis e de outros bens com a agressão dos Estados Unidos ao Irão.

O Sr. **João Ribeiro** (CH): — E da Rússia à Ucrânia?!

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — A solução dos problemas de tesouraria, que se agravam, não passa pelas alterações propostas.

A redução dos prazos de pagamento e a cobrança de juros de mora — aliás, sem um período transitório para a aplicação da lei — colocam entidades públicas na situação de incumprimento, com graves consequências na utilização dos fundos disponíveis e nos procedimentos da contratação. Para escapar-lhe, teriam de pagar de imediato, colocando-se em grandes apertos de tesouraria.

As alterações propostas agravam o atentado da Lei dos Compromissos à autonomia das autarquias locais, pois a nova definição de fundos disponíveis depende do cumprimento das metas orçamentais a estabelecer pelo Governo no decreto de execução orçamental.

Já a Associação Nacional de Municípios Portugueses, no seu Congresso de 2012, afirmava que essa lei é, e cito, «um diploma absurdo, completamente alheio ao bom senso, elaborado por quem desconhece a realidade, que paralisa a gestão municipal e que arrisca resumir a gestão municipal à gestão de tesouraria e os eleitos a adjuntos de tesoureiros».

O PCP assumiu, desde o primeiro momento, uma postura crítica a essa lei, tendo proposto já várias vezes a sua revogação.

A opção em discussão conduziria ao absoluto estrangulamento financeiro de entidades públicas, impedindo-as de prestar os serviços a que estão obrigadas. A solução não passa por encurtar prazos e impor juros de mora, mas por resolver — e resolver mesmo! — o problema do subfinanciamento crónico que as manietam.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Mandar dinheiro para cima do problema!

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — A próxima intervenção é do Grupo Parlamentar do Livre e, até 3 minutos, tem a palavra a Sr.ª Deputada Patrícia Gonçalves.

A Sr.ª **Patrícia Gonçalves** (L): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Hoje voltamos a discutir os atrasos de pagamentos do Estado, um problema que é reconhecido por todos, mas que continua por resolver.

O diagnóstico já foi também apresentado pelo Livre. A 30 de janeiro, o Livre trouxe uma proposta para enfrentar este problema estrutural, mas mantém-se a realidade. O Estado português continua a ser um mau pagador e a administração central paga sistematicamente acima do prazo legal de 30 dias.

A causa não é a falta de recursos financeiros, mas são as falhas na gestão e na organização. Há uma assimetria na relação entre o Estado e as empresas que é inaceitável: o Estado exige cumprimento rigoroso e imediato das obrigações fiscais, mas quando é devedor não cumpre os mesmos padrões.

Na proposta do Livre, propúnhamos a criação de uma conta corrente entre o Estado e as empresas que permitiria a compensação automática, transparente e célere entre dívidas e créditos, com impacto direto na liquidez das empresas. Mas o desfecho dessa proposta foi este: chumbada pelo PSD e pelo CDS, com a abstenção do Chega, e portanto a solução não avançou.

A proposta atual do Governo confirma, no essencial, o nosso diagnóstico, mas fica aquém na resposta, porque a lei com a diretiva europeia reforça o direito a juros de mora, mas tem limitações: não cria realmente mecanismos operacionais que garantam pagamentos atempados. Além disso, faz uma revisão do conceito de fundos disponíveis, pois o Governo integra critérios como o da arrecadação de receita e das metas orçamentais. Na prática, adapta a lei às dificuldades do Estado em cumpri-la. Ou seja, reconhece-se o problema, mas institucionaliza-se parte da sua causa.

O ponto central aqui é que, sem instrumentos que atuem diretamente sobre os fluxos de pagamento, não haverá mudança estrutural, e este enquadramento legal é, por si só, insuficiente.

A nossa posição continuará a ser a de defender soluções que reforcem a execução, a previsibilidade na relação entre o Estado e as empresas, e continuaremos vigilantes.

Aplausos do L.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — A próxima intervenção é do Grupo Parlamentar do CDS-PP. Até 3 minutos, tem a palavra o Sr. Deputado João Almeida.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, Sr. Secretário de Estado: A matéria dos pagamentos em atraso — do prazo de pagamento do Estado e do pagamento de juros por esse atraso — é matéria que o CDS já abordou em várias iniciativas nesta Assembleia, estando na oposição ou no Governo, e já o fez, inclusivamente neste ciclo político, com um projeto de resolução que foi aprovado por unanimidade.

Invocámos, na altura, o estudo mais profundo que provavelmente existe, algum dia feito em Portugal, sobre o impacto do atraso nos pagamentos do Estado — do Prof. Augusto Mateus, de 2012 —, que tinha, à época, dados relevantes.

Dizia que, em cinco anos, o facto de os pagamentos do Estado terem aumentado, em média, 12 dias tinha representado uma quebra de até 72 000 empregos, 2,9 mil milhões de euros em valor acrescentado bruto e 13,3 mil milhões no valor bruto da produção.

Ou seja, o impacto não é impacto. Nós normalmente dizemos que o Estado tem de ser de pessoa de bem, que tem de pagar a tempo e horas, mas é muito mais do que isso. Não é só o Estado ser uma pessoa de bem que tem de ser, não é só pagar a tempo e horas porque tem de dar o exemplo. É tudo verdade! O problema é que o Estado destrói valor da economia portuguesa a todo o tempo com o facto de se atrasar a pagar e por aquilo que já foi dito aqui, ou seja, que na economia tem como consequência direta a sua postura — aquilo que representa na tesouraria das empresas, aquilo que representa na instabilidade para essas mesmas empresas, os postos de trabalho, como este estudo também evidencia.

Mas é mau para si próprio, e o Sr. Secretário de Estado já o disse, porque, quando o Estado não paga a tempo e horas, está a dar um indicador ao mercado de que, de duas uma: ou uma empresa não estará para servir o Estado porque não está para esperar pelo pagamento o tempo que o Estado demora a pagar; ou então, e é o que acontece muitas vezes, vai compensar essa dilação entre o momento do fornecimento e o pagamento por parte do Estado no preço e, portanto, cobra mais do que aquilo que seria o preço normal. E o Estado, achando que está a fazer uma grande coisa, não só é ineficiente na gestão dos seus recursos, como está a pagar mais por aquilo que lhe é fornecido pelos privados.

A grande questão é como já todos os grupos parlamentares aqui disseram, Sr. Secretário de Estado, e estava a lembrar-me que é como a questão do princípio do «só uma vez». Nós estamos todos de acordo, já aprovámos muitas vezes textos normativos sobre isso. A questão aqui não é se o Estado deve pagar a horas e se deve pagar juros quando não paga a horas. A questão é se é mesmo desta vez que o Estado vai começar a pagar no máximo a 30 dias; e se é mesmo desta vez que os juros automáticos que o Estado cobra quando qualquer um de nós se atrasa a pagar-lhe vão também servir para que qualquer um de nós receba do Estado esses juros automáticos quando é o Estado que não nos paga a tempo.

Aplausos da IL e de Deputados do PSD.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Para a apresentação da sua iniciativa legislativa, até 2 minutos, tem a palavra a Sr.ª Deputada Inês de Sousa Real.

A Sr.ª **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, membros do Governo aqui presentes: Se estamos todos de acordo, como ainda agora acabámos de ouvir, de que é que estamos à espera, efetivamente, para que o Estado comece a pagar a tempo e horas?

Se há algo profundamente errado num país em que aqueles que salvam vidas têm de esperar para receber o que o Estado lhes deve, assume particular gravidade quando falamos de associações humanitárias de bombeiros que estão na linha da frente todos os dias a garantir o transporte de doentes, a responder a emergências, a apagar incêndios, a fazer face a estragos de tempestades. E, ainda assim, estão à espera para que os investimentos que têm de fazer quotidianamente ou até de forma planeada possam ser pagos a tempo e horas.

Embora sejam fundamentais no socorro às populações, estas entidades vivem completamente sufocadas por atrasos nos pagamentos do Estado. Se este é um problema estrutural, não deixa de existir razão para que existam regimes especiais, como é o caso da proposta do PAN, para que entidades públicas ou entidades que estão ao serviço da população com carácter humanitário possam receber atempadamente.

Esta é uma falha grave. Enquanto o Estado se atrasa, os bombeiros acumulam dívidas, adiam investimentos, lutam para manter viaturas e equipamentos operacionais, fazem das tripas coração para que os seus serviços não tenham de parar.

Sr.as e Srs. Deputados, estamos a falar de quem assegura cerca de 90 % do transporte de doentes urgentes e não urgentes. Se os bombeiros voluntários falharem, falha uma parte essencial no nosso sistema de emergência. Por isso mesmo, não podemos exigir disponibilidade total a quem arrisca tudo para depois responder com incumprimento.

É por isso mesmo que o PAN hoje propõe uma regra simples, mas profundamente justa: que o Estado tenha de pagar aos bombeiros no prazo máximo de 30 dias. Propomos que, sempre que não pague aos bombeiros, esse incumprimento tenha consequências com juros de mora e mecanismos de responsabilização.

Para o PAN, salvar vidas não pode estar dependente da tesouraria e, menos ainda, da caridade alheia. Um Estado que se atrasa a pagar aos bombeiros está a atrasar a resposta a quem mais precisa, e isso simplesmente não pode acontecer.

Esperamos, por isso, que independentemente das divergências ideológicas que nos possam separar, as demais forças políticas nos acompanhem nesta iniciativa e que em especialidade estejam disponíveis para a trabalhar.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — A próxima intervenção é do Grupo Parlamentar do Chega e tem a palavra o Sr. Deputado António Carneiro, até 2 minutos e 59 segundos.

O Sr. **António Carneiro** (CH): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, Sr. Secretário de Estado, Sr.as e Srs. Deputados: A alteração à Lei n.º 8/2012 traz-nos um tema que devia ser simples, mas que, durante demasiado tempo, não foi — pagar a tempo. O Estado não pode exigir rigor aos cidadãos e às empresas e depois falhar nos seus próprios compromissos.

O Sr. **Nuno Gabriel** (CH): — Muito bem!

O Sr. **António Carneiro** (CH): — Quando o Estado se atrasa a pagar, está a criar dificuldades a quem trabalha, a quem investe e a quem mantém a economia a funcionar todos os dias.

Por isso, reduzir os prazos de pagamento em atraso é uma medida positiva. É uma questão de justiça, mas também de credibilidade. Um Estado que paga a tempo é um Estado em que se pode confiar.

Mas sejamos claros e diretos: pagar rápido não chega. É preciso garantir que só se assumem compromissos quando há capacidade real para os cumprir. Aqui entra o rigor nas contas públicas, um valor essencial para

quem, como nós, acredita numa gestão responsável do dinheiro dos contribuintes. Cada euro gasto deve ser bem gasto, deve ser transparente, controlado e justificado.

Aplausos do CH.

Não podemos voltar aos tempos em que se acumulavam dívidas escondidas e promessas por cumprir.

Quero destacar as associações humanitárias dos bombeiros. Todos reconhecemos o propósito extraordinário que desempenham. Estão sempre na linha da frente, protegem vidas, apoiam populações em momentos críticos.

Garantir que os bombeiros recebem atempadamente é uma obrigação do Estado. É respeito pelo serviço público que prestam.

Aplausos do CH.

Sr.as e Srs. Deputados, esta lei vai no caminho certo, mas o verdadeiro teste não está no papel, está na prática. Precisamos de um Estado que cumpra, que planeie com responsabilidade. Só assim reforçamos a confiança dos cidadãos e garantimos contas públicas sólidas, com seriedade e sentido de responsabilidade.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Não havendo mais inscrições, pergunto se poderei passar ao encerramento do debate.

Pausa.

Há uma intervenção do Grupo Parlamentar do PSD, que tem até 3 minutos e 48 segundos. Tem a palavra o Sr. Deputado Marco Claudino.

O Sr. **Marco Claudino** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: O Estado é, tem de ser, uma pessoa de bem. O Estado, como pessoa de bem, salda as suas dívidas e fá-lo no tempo certo. O Estado, como pessoa de bem, honra os seus compromissos e cumpre escrupulosamente as suas obrigações com os seus credores, a quem pede financiamento, e com os fornecedores, a quem adquire bens ou serviços. O Estado, como pessoa de bem, é verdadeiramente o espírito e a prática dos Governos da AD.

Em 2011, e permitam-me fazer este recuo temporal, herdámos 5 mil milhões de euros de pagamentos em atraso. Vou repetir: 5 mil milhões de euros de pagamentos em atraso.

A Sr.ª **Ana Isabel Ferreira** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Marco Claudino** (PSD): — Representava, à época, mais de 2 % do PIB (produto interno bruto).

Mas foi com tenacidade, com rigor e disciplina, e com o apoio do povo português, que foi possível reduzir, em quatro anos e meio de governação, 80 % desses mesmos pagamentos em atraso. Foi um feito assinalável; diria mesmo que foi um feito à AD.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Um feito que significou confiança, credibilidade e reputação, mas que também representou dinheiro na tesouraria das empresas, na economia real, na vida das pessoas.

Assinaláveis têm sido também os resultados obtidos pelo atual Governo. Por um lado, reduziu a dívida pública para menos de 90 % do PIB, algo que não sucedia há 16 anos. E, no que respeita aos pagamentos em atraso, voltámos ao ritmo acelerado da sua redução. A redução de 29 % dos pagamentos em atraso em apenas dois anos permite que estejamos hoje com um valor inferior a 370 milhões de euros, ou seja, pouco mais de 0,1 % do PIB, ou seja, 20 vezes menos do que aquilo que herdámos em 2011.

Aplausos do PSD.

Embora satisfeitos com o percurso já trilhado, queremos mais e vamos fazer mais.

No Programa do Governo, é assumido o compromisso de que, até ao final da legislatura, o pagamento das entidades públicas é feito a 30 dias. Hoje, a proposta de lei que debatemos vem precisamente prever mecanismos que estimulam esse mesmo objetivo. Esta é, a par de tantas outras, uma alteração de fundo na relação de confiança entre o Estado e as empresas.

Um Estado que paga a tempo e horas é um Estado que vai comprar melhor e mais barato. Um Estado que paga a tempo e horas é um Estado que vai permitir que as empresas tenham melhor saúde financeira. É, pois, verdadeiramente mais uma peça numa reforma do Estado que a cada dia se vai concretizando.

Sr.as e Srs. Deputados, fiquei, contudo, com alguma preocupação com a intervenção do Partido Socialista. É que pensava eu que longe ficavam as teorias do ex-líder do PS José Sócrates, que dizia que pagar dívidas é coisa de criança. Ou que longe ficavam as teorias do também ex-líder do PS Pedro Nuno Santos, com o grande apoio desta bancada, que, aliás, dizia: «Estou-me marimbando para os nossos credores. Ou os senhores se põem finos ou nós não pagamos. E, se nós não pagamos a dívida e se lhes dissermos, as pernas dos banqueiros alemães até tremem.»

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Marco Claudino** (PSD): — O tempo, Sr.as e Srs. Deputados, sobretudo para o Partido Socialista, mas também um pouco para o Chega, não é para voluntarismos inconsequentes nem facilitismos que mais tarde se pagam em dobro. O tempo, o tempo da AD, é de rigor e de equilíbrio. O tempo, o tempo da AD, é de confiança e credibilidade. O tempo, o tempo da AD, é de reformar o Estado. O tempo, o tempo da AD, é de mudar Portugal e com Portugal. Porque o tempo, o tempo da AD, é de tornar sempre, mas sempre, o Estado uma pessoa de bem.

Aplausos do PSD.

Protestos de Deputados do PS e do Deputado do L Paulo Muacho.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Embora o Sr. Deputado já não tenha tempo para responder,…

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Foi-se o tempo da AD!

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — … tem um pedido de esclarecimento.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Ribeiro, do Chega, que dispõe de até 1 minuto e 10 segundos.

O Sr. **João Ribeiro** (CH): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Sr. Deputado Marco Claudino, para não variar, fez um belo exercício do que se chama propaganda política.

Vozes do CH: — Muito bem!

O Sr. **João Ribeiro** (CH): — O tempo dado, no que diz respeito a pagamentos e cumprir as promessas, é muito tempo. Os portugueses é que não têm tempo para esperar. Esse é o problema, Sr. Deputado.

Aplausos do CH.

Vou fazer-lhe a si a pergunta que já fiz também ao Sr. Secretário de Estado e que não foi respondida, e que também já foi feita aqui de algumas formas menos claras. É melhor fazer de forma muito clara e a pergunta é esta: este Governo, o Estado, vai também de forma automática pagar multas, coimas e juros aos credores quando não cumpre, assim como cobra aos contribuintes que não cumprem?

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Há uma cedência de tempo do CDS para o PSD. Vamos só deixar que o tempo transite de um relógio para o outro.

Pausa.

Já está e, portanto, com os 8 segundos e os 15 de tolerância, tem a palavra para responder o Sr. Deputado Marco Claudino.

O Sr. **Marco Claudino** (PSD): — Sr. Presidente, já me choco com pouco, mas ouvir um Deputado do Chega falar de propaganda política já está para além dos meus limites de surpresa.

Risos do PSD.

Protestos do CH e contraprotestos do PSD.

Se me permitem, queria dizer uma coisa muito clara: o Sr. Deputado o que fez foi alegações de…

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.

Aplausos do PSD.

Protestos do CH.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — O tempo era curto.

Vamos continuar com as intervenções e a próxima é do Grupo Parlamentar do Partido Socialista. Até 1 minuto e 42 segundos, tem a palavra a Sr.ª Deputada Marina Gonçalves.

A Sr.ª **Marina Gonçalves** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Marco Claudino, sabe o que é que me preocupa? O que me preocupa é o desfasamento do seu discurso com a realidade do País, com a realidade das pessoas, com a realidade das empresas. O Sr. Deputado foi fazer o mesmo exercício que o Governo tem feito insistentemente neste Parlamento. Vem aqui e diz que está tudo resolvido: «Fizemos uma lei, fizemos um discurso, fomos ao terreno e está tudo resolvido.» Mas depois as pessoas estão a marcar passo. As empresas não têm os apoios a chegar e os pagamentos não são feitos.

Eu pergunto, Sr. Deputado: acha que as autarquias ou o SNS não pagam porque não querem aos fornecedores? Acha que é por isso? Acha mesmo que é desleixo das autarquias?

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — Não há desleixo nenhum!

A Sr.ª **Marina Gonçalves** (PS): — Ou acha que o problema é outro? Acha que reduzir o prazo de 90 para 60 ou 30 dias vem resolver o problema estrutural? Não, não vem!

Estão a tentar tapar os olhos dos portugueses com uma lei que apresentam, como sempre, com propaganda. Vêm aqui apresentá-la para resolver problemas, mas, na verdade, sabe o que vai fazer? Vai impedir investimento público, vai impedir ainda mais as autarquias, o SNS, a escola pública e a habitação de funcionarem. É isso que está neste diploma, Sr. Deputado.

Por isso é que, na primeira intervenção que fiz, alertei e deixei o desafio para que, na especialidade, pudéssemos fazer desta uma alteração legal que respondesse, sim, aos pagamentos em atraso, sim, a uma preocupação que temos, mas com soluções reais e, ao mesmo tempo, que olhasse para os garrotes que ainda existem hoje…

Protestos da Deputada do PSD Ana Isabel Ferreira.

… às nossas entidades, às autarquias locais, respeitando a autonomia e fazendo deste um diploma que verdadeiramente resolve os dois problemas. E não é nada disso que está neste diploma, Sr. Deputado.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Sr.ª Deputada, ainda vai ter 14 segundos para responder ao pedido de esclarecimento que vai ser feito pelo Grupo Parlamentar do PSD, que beneficiou de uma cedência de tempo do Grupo Parlamentar do Chega.

Vozes da IL: — Ah!

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Portanto, antes do encerramento do debate, vamos ter dois bons momentos do que é ser um parlamentar sucinto, porque o PSD tem 7 segundos para fazer o pedido de esclarecimento e o PS tem 14 segundos para responder.

Tem a palavra, para fazer o seu pedido de esclarecimento, o Sr. Deputado Marco Claudino.

O Sr. **Marco Claudino** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.ª Deputada Marina Gonçalves, falou em desfasamentos, logo, nada melhor do que a realidade e os factos. Por isso, a pergunta que lhe faço é se é verdade ou é mentira que, em dois anos de Governo, o Governo da AD reduziu em 29 % os pagamentos em atraso e se é verdade ou é mentira que, de 2011 para 2015, reduziu 80 % dos pagamentos em atraso. É só esse desfasamento que quero…

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Contrariando o meu desejo da capacidade de síntese, mas comprovando a dinâmica parlamentar, o Bloco de Esquerda cede o seu tempo ao Partido Socialista,…

Protestos do CH.

Vozes do PSD: — Ah!

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): —… pelo que a Sr.ª Deputada Marina Gonçalves tem 1 minuto e 14 segundos para responder ao PSD.

Tem a palavra, Sr.ª Deputada, assim que tiver as condições que a Câmara, certamente, lhe vai dar neste exato momento.

A Sr.ª **Marina Gonçalves** (PS): — Sr. Presidente, é a vontade de ouvir o que a esquerda tem a dizer sobre este ponto.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — A esquerda!

A Sr.ª **Marina Gonçalves** (PS): — Ó Sr. Deputado, diz que reduziu o prazo dos pagamentos no final do ano.

O Sr. **Marco Claudino** (PSD): — É verdade!

A Sr.ª **Marina Gonçalves** (PS): — O problema é o contínuo do ano todo.

Vozes do PS: — Pois é!

A Sr.ª **Marina Gonçalves** (PS): — Basta olhar para a execução de 2025 para perceber que o problema não é só do ano de 2025, Sr. Deputado. Eu não faço como o PSD, que diz que o problema vem sempre de trás. É um problema estrutural, mas ele existe e não é resolvido por S. Ex.as.

Vou dizer-lhe o seguinte: recorda-se quem é que disse que ia criar uma conta-corrente entre o Estado e os fornecedores?

Aplausos do PS.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Nós!

A Sr.ª **Marina Gonçalves** (PS): — Recorda-se quem é que disse que ia garantir que os pagamentos eram feitos em 30 dias? Foi o seu Governo! E vocês bateram palmas!

Aplausos do PS.

Protestos dos Deputados do PSD Ana Isabel Ferreira e Marco Claudino.

Mas sabe o que é que aconteceu? Zero! Zero! Zero, Sr. Deputado!

Aplausos do PS.

Protestos do PSD.

E por isso, para que este debate seja sério e rigoroso, digo-lhe assim: o problema não é de hoje, o problema não é do início do Governo do PSD e CDS, é estrutural, mas encontremos soluções.

Não nos interessa ir ao púlpito e dizer: «Está tudo bem, nós somos os maiores». Não está, Sr. Deputado, não está. Vamos apresentar propostas concretas que não são claramente as desta lei. Vamos apresentar propostas concretas para garantir uma real relação de confiança com as empresas, mas, ao mesmo tempo, garantir que as nossas entidades funcionam,…

A Sr.ª **Ana Isabel Ferreira** (PSD): — Ainda tem dúvidas?

A Sr.ª **Marina Gonçalves** (PS): — … que a Administração Pública funciona, que o Serviço Nacional de Saúde responde muito mais do que responde hoje convosco. É isso que precisamos.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — E agora, sim, vamos passar ao encerramento de debate.

Juntando os 2 minutos adicionais a 1 minuto e 15 segundos, tem a palavra, por parte do Governo, o Sr. Secretário de Estado Adjunto e do Orçamento.

O Sr. **Secretário de Estado Adjunto e do Orçamento**: — Sr. Presidente, começando pela intervenção do Sr. Deputado Carlos Guimarães Pinto, congratulo-me com o tom laudatório da sua intervenção, que, aliás, parece decalcada do Programa do Governo da AD. Gostaria de lhe dizer também que o gestor público é responsabilizado em sede de desempenho financeiro, porquanto, se se atrasar nos pagamentos, tem de pagar juros e deteriora o seu desempenho.

Para a Sr.ª Deputada Marina Gonçalves, tenho as seguintes observações. Fala de garrote nas autarquias locais. Pois, tenho boas notícias para si, porque as autarquias locais são, a par da administração central, os melhores pagadores dentro das administrações públicas e têm prazo médio de pagamento em torno, e muitas vezes abaixo, de 20 dias,…

A Sr.ª **Isaura Morais** (PSD): — Muito bem!

Protestos da Deputada do PS Marina Gonçalves.

O Sr. **Secretário de Estado Adjunto e do Orçamento**: — … o que está, claramente, dentro desta lei mais exigente. Aliás, só 4,8 % das autarquias é que têm prazo de pagamentos superiores a 60 dias.

Relativamente a uma lei mais densa que quer que aconteça na especialidade, também devolvo a pergunta, no sentido de perceber porque é que, durante oito anos, o Governo do qual a Sr.ª Deputada fez parte…

A Sr.ª **Ana Isabel Ferreira** (PSD): — Ora aí está!

O Sr. **Secretário de Estado Adjunto e do Orçamento**: — … nunca enveredou por esse caminho.

A Sr.ª **Marina Gonçalves** (PS): — Porque não queríamos fazer isso! Essa lei não queremos!

O Sr. **Secretário de Estado Adjunto e do Orçamento**: — Mas cá estaremos para discutir tudo aquilo que foram melhorias.

Falou ainda da sazonalidade dos pagamentos. Isso é uma coisa do passado, isso era uma coisa que acontecia até 2025, porque em 2026 eu próprio autorizei uma injeção de 1230 milhões de euros no SNS para a regularização de dívidas. Quando o gráfico para 2026 for feito, ele vai ser claríssimo ao revelar que essa sazonalidade desapareceu.

Protestos das Deputadas do PS Aida Carvalho e Mariana Vieira da Silva.

Respondendo ao Sr. Deputado João Ribeiro, do Chega, e peço desculpa por não o ter feito antes, é mesmo para cumprir.

O Sr. **João Ribeiro** (CH): — E se não cumprir?

O Sr. **Secretário de Estado Adjunto e do Orçamento**: — Aquilo que vamos fazer é aplicar a lei e o que a lei prevê é o pagamento de juros de mora automáticos.

Também respondendo a um conjunto de intervenções mais lato, a razão pela qual este Governo propõe a revisão desta lei neste momento é porque não só se sente pronto, como acha que é o dever de um Estado responsável pagar a tempo e horas.

Relativamente à intervenção do Sr. Deputado Alfredo Maia, do PCP, a verdade é que as entidades têm o seu envelope financeiro para satisfazer as suas restrições financeiras. Mas, para a regularização da dívida, no primeiro embate, a administração central vai transferir, como tem feito desde 2024, aliás, ficou bem patente, penso eu, na minha intervenção inicial. Diria que esta resposta se aplica também à intervenção da Sr.ª Deputada Patrícia Gonçalves, do Livre.

Sr. Deputado João Almeida, do CDS, é mesmo para cumprir. Ele já cá não está, mas é mesmo para cumprir.

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — Não ficou para ouvir, coitadito!

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — Ele está a ouvir!

O Sr. **Secretário de Estado Adjunto e do Orçamento**: — Relativamente à proposta do PAN, quero só dizer o seguinte: em fevereiro de 2026, o Ministério das Finanças autorizou um reforço extraordinário de mais 10 milhões de euros para que o INEM (Instituto Nacional de Emergência Médica) assegure o cumprimento integral dos encargos com os parceiros de Sistema Integrado de Emergência Médica, nomeadamente as associações humanitárias de bombeiros.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Vamos passar ao próximo ponto da ordem de trabalhos.

A Sr.ª **Marina Gonçalves** (PS): — Sr. Presidente, peço a palavra para uma interpelação à Mesa.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Tem a palavra.

A Sr.ª **Marina Gonçalves** (PS): — Sr. Presidente, era só para pedir para partilhar uma notícia de 6 de fevereiro de 2026, portanto, deste ano, que diz: «Há hospitais do SNS sem dinheiro para comprar medicamentos.» Estou só a ler o título.

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — O dinheiro aparece sempre!

A Sr.ª **Marina Gonçalves** (PS): — Pode ser que relembre, pelo menos ao Sr. Secretário de Estado, a realidade de que falamos.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — É fazer a partilha com os serviços e ela será partilhada com todos os grupos parlamentares.

Seguimos para o terceiro ponto da ordem do dia, a apreciação da Proposta de Lei n.º 64/XVII/1.ª (GOV) — Transpõe a Diretiva (UE) 2023/2226 e a Diretiva (UE) 2025/872, de 14 de abril de 2025, relativa à cooperação administrativa no domínio da fiscalidade, e a alterar o Regime do Imposto Mínimo Global e do Projeto de Resolução n.º 801/XVII/1.ª (BE) — Pela taxação justa dos milionários e dos multimilionários.

Para apresentar a iniciativa do Governo, até 7 minutos, tem a palavra a Sr.ª Secretária de Estado dos Assuntos Fiscais.

A Sr.ª **Secretária de Estado dos Assuntos Fiscais** (Cláudia Reis Duarte): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: A proposta de lei que hoje aqui apresentamos transpõe para a ordem jurídica nacional duas diretivas comunitárias, as chamadas DAC8 e DAC9 (Directive on Administrative Cooperation), ambas relativas à cooperação administrativa no domínio da fiscalidade.

A DAC original, se quisermos, que data de 2011, e as suas diversas alterações vieram estabelecer um quadro harmonizado de cooperação administrativa em matéria fiscal entre os Estados-Membros, aumentando a transparência fiscal na União Europeia, para que as administrações fiscais tenham acesso a informações relevantes para a aplicação das respetivas regras fiscais, constituindo, por isso, um instrumento crucial para o combate eficaz à evasão e à fraude fiscal.

Vivemos hoje numa economia profundamente transformada pela digitalização, pela mobilidade de capitais e pela emergência de novos instrumentos financeiros de que os criptoativos são exemplo. Estes desenvolvimentos criam oportunidades de inovação e de crescimento, mas também criam novos riscos de opacidade, de fragmentação da informação e, com isto, de erosão das bases tributárias, se os Estados não dispuserem, naturalmente, de instrumentos adequados de cooperação e de reporte.

É precisamente a esse desafio que a proposta de lei que hoje discutimos responde, ao transpor para a ordem jurídica nacional duas evoluções fundamentais para a melhoria da cooperação fiscal no contexto da União Europeia, a DAC8 e a DAC9.

A DAC8, comecemos por esta, constitui um marco importante para a construção de um sistema de troca de informações mais robusto, ao alargar este mecanismo ao universo dos criptoativos. Pela primeira vez, este tipo de ativos passa a estar plenamente integrado nos instrumentos de cooperação fiscal entre os Estados-Membros, colocando fim às zonas de opacidade e tornando este mercado necessariamente mais transparente.

Esta diretiva, a DAC8, implementa um regime europeu de reporte e de troca de informações automáticas sobre criptoativos, que incorpora no direito da União o quadro de comunicação de informações sobre criptoativos, o chamado CARF, que é o *Crypto-Asset Reporting Framework*, desenvolvido no âmbito da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico) e que constitui hoje o padrão internacional de referência para o reporte fiscal de operações com criptoativos, à semelhança, de resto, daquilo que o CRS, o *Common Reporting Standard*, já fazia e já faz com as contas financeiras tradicionais.

Este esforço assenta num consenso internacional alargado. No âmbito do Fórum Global sobre Transparência e Troca de Informações para Fins Fiscais, da OCDE, 76 jurisdições assumiram o compromisso de implementar o CARF, entre elas todos os Estados-Membros da União Europeia.

Em termos práticos, esta proposta de lei estabelece que os prestadores de serviços de criptoativos, sejam nacionais, ou estrangeiros, sempre que operem com residentes fiscais em Portugal passam a estar obrigados a identificar os utilizadores, a recolher informação relevante sobre as transações realizadas e a comunicar esses dados à Autoridade Tributária e Aduaneira, que, por sua vez, troca depois automaticamente esta informação com as outras autoridades fiscais.

Importa notar que esta diretiva não penaliza a inovação nem o desenvolvimento tecnológico, assim como não altera quer o regime jurídico, quer o regime tributário relativo aos criptoativos. O seu objetivo é apenas reforçar a transparência fiscal através da troca automática e obrigatória de informação entre os Estados-Membros, permitindo detetar rendimentos não declarados e, assim, combater a fraude e a evasão fiscais e reduzir os riscos associados ao branqueamento de capitais.

A DAC9, por sua vez, também integrada nesta proposta que hoje aqui discutimos, atua numa outra dimensão essencial. Operacionaliza, na vertente da cooperação administrativa, o Pilar Dois da OCDE, que respeita às regras tributação mínima global de 15 % para grandes grupos multinacionais, regime este já transposto para o ordenamento português, através do Regime do Imposto Mínimo Global.

O Pilar Dois exige uma aplicação coordenada da taxa mínima efetiva de 15 % aos grandes grupos multinacionais. Sem troca automática das declarações relativas ao imposto complementar, as administrações fiscais não dispõem de instrumentos para confirmar valores ou detetar inconsistências. E é essa lacuna que a DAC9 vem colmatar, ao introduzir um formulário único e padronizado em toda a União Europeia, alinhado com o modelo da OCDE.

Finalmente, ao permitir que as empresas multinacionais possam apresentar uma única declaração, centralizada na União Europeia, em vez de terem de entregar várias declarações em diversos Estados-Membros, vem também reduzir a burocracia e simplificar o cumprimento.

Sr.as e Srs. Deputados, esta proposta de lei afirma Portugal como um Estado comprometido com os padrões internacionais mais exigentes, alinhado com a União Europeia e com a OCDE, e revela uma opção política e uma prioridade clara: o robustecimento da transparência como instrumento essencial de justiça fiscal, de equidade e de credibilidade do Estado. Contamos, por isso, que esta iniciativa possa merecer o apoio desta Assembleia.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Sr.ª Secretária de Estado, tem dois pedidos de esclarecimento a que imagino que responda em conjunto.

A Sr.ª **Secretária de Estado dos Assuntos Fiscais**: — Sim, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — O primeiro será do Grupo Parlamentar do Chega. Até 2 minutos, tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Gomes.

O Sr. **Francisco Gomes** (CH): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Sr.ª Secretária de Estado, a posição do Chega quanto à proposta é clara: apoiamos a liberdade económica, apoiamos a inovação, mas exigimos respostas fortes aos esquemas, à fraude e à corrupção. E os criptoativos têm sido terreno fértil. Cito algumas notícias. Agosto: «Fraude de 100 milhões de euros em criptomoedas. Buscas decorrem em Portugal». Setembro: «Portugueses perdem 2 milhões em burla com criptomoedas». Outubro: «Esquema de fraude liderado por português, com criptomoeda, de mais de 500 milhões de euros».

Sr.ª Secretária de Estado, se está tão empenhada, mas tão empenhada em alinhar Portugal com as normas internacionais de combate à corrupção, tem a obrigação de olhar para dentro da própria casa.

Aplausos do CH.

Sr.ª Secretária de Estado, o que o seu partido tem feito na Madeira não é combater a corrupção, é ser o exemplo máximo da corrupção. Cito mais algumas notícias: «Fraude de 4 milhões na obtenção de fundos»; «Atalaia, 5 milhões por trabalho nunca prestado a empresa de amigo do presidente»; «7 milhões em benefícios fiscais para a empresa investigada por fraude».

O orador exibiu as notícias que referiu.

E agora, a cereja em cima do bolo. A cereja em cima do bolo! O DCIAP (Departamento Central de Investigação e Ação Penal) investiga suspeitas de prevaricação, corrupção passiva, corrupção ativa, recebimento de vantagem, participação em negócios, abuso de poder e tráfico de influência. De quem? De quem, Sr.ª Secretária de Estado? Socicorreia, Grupo Pestana, Grupo AFA, Susana Prada, Rogério Gouveia, Pedro Fino, Pedro Ramos, José Prada, Eduardo Jesus, Jorge Carvalho, Pedro Calado e Miguel Albuquerque. Repito, Miguel Albuquerque! Todos embrulhados! Todos embrulhados em três processos de atentado ao Estado de direito.

Sr.ª Secretária, a pergunta é só uma. É mesmo, mesmo só uma: quando é que o combate à fraude chega à fraude que existe dentro do seu próprio partido?

Aplausos do CH.

Protestos da Deputada do PSD Ana Isabel Ferreira.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — O próximo pedido de esclarecimento é do Grupo Parlamentar do PSD.

Tem a palavra a Sr.ª Deputada Célia Freire, que dispõe de até 2 minutos, assim que a Câmara der condições para poder fazer o seu pedido de esclarecimento.

A Sr.ª **Célia Freire** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, Sr.ª Secretária de Estado, Sr.ᵃˢ e Srs. Deputados, a proposta que hoje discutimos representa um passo relevante na adaptação do nosso sistema fiscal à realidade digital, em particular ao crescimento dos criptoativos. Num contexto em que as transações digitais se tornam cada vez mais complexas e transfronteiriças, era essencial garantir que o nosso sistema fiscal não ficasse para trás.

Vozes do PSD: — Muito bem!

A Sr.ª **Célia Freire** (PSD): — Com a transposição destas diretivas, Portugal posiciona-se na linha da frente do cumprimento dos padrões europeus e internacionais, alinhando-se com as orientações da OCDE e reforçando a credibilidade do seu sistema tributário. É isso que esta iniciativa assegura: mais transparência fiscal e eficácia no combate à fraude e à evasão, como é apanágio deste Governo.

Sr.ª Secretária de Estado, coloco-lhe as seguintes questões: tendo em conta que este diploma transpõe as diretivas DAC8 e DAC9, pode a Sr.ª Secretária de Estado clarificar de que forma este regime reforça a transparência fiscal, nomeadamente no setor dos criptoativos e nos grandes grupos multinacionais, sem implicar qualquer aumento da carga fiscal, assegurando simultaneamente maior equidade entre contribuintes?

Em segundo lugar, num contexto de crescente mobilidade do capital e digitalização da economia, de que forma esta transposição permite a Portugal reforçar a sua posição no quadro europeu internacional, garantindo a proteção da base tributária nacional, o cumprimento dos compromissos assumidos na União Europeia e na OCDE, evitando, assim, riscos de isolamento ou perda de credibilidade?

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Para responder, tem a palavra a Sr.ª Secretária de Estado, que dispõe de 1 minuto e 30 segundos.

A Sr.ª **Secretária de Estado dos Assuntos Fiscais**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Francisco Gomes, quanto ao que nos traz aqui hoje, já lá irei. Quanto a tudo o que disse, o que lhe posso responder de forma muito clara e evidente é que a corrupção é uma preocupação de todos e a sua deteção e os critérios de risco que permitem a sua deteção estão a funcionar de forma que todos esses casos tenham sido detetados, corrigidos e punidos.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Francisco Gomes** (CH): — Não foram punidos, Sr.ª Secretária de Estado!

A Sr.ª **Secretária de Estado dos Assuntos Fiscais**: — Sr.ª Deputada Célia Freire, quanto às perguntas que me dirigiu, aquilo que a DAC8 faz é trazer regras claras: certeza e segurança jurídica. Portanto, cria regras previsíveis, regras harmonizadas que promovem, desde logo, confiança no mercado. Com isso, asseguram — e esse é sempre o objetivo — que todos contribuam da forma justa para o esforço coletivo que é o esforço fiscal.

Depois, e respondendo às perguntas que fez, o que estas duas diretivas trazem é precisamente uma escolha clara, uma opção política por transparência em vez de opacidade — é disso que se trata —, por cooperação em vez de isolamento, que também mencionou, sobretudo, por uma igualdade grande de regras entre a economia digital e os ativos ou investimentos tradicionais.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Para a apresentação da sua iniciativa legislativa, tem a palavra o Sr. Deputado Fabian Figueiredo, que dispõe de 2 minutos.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sr. Presidente, Sr.ᵃˢ e Srs. Deputados, Sr.ª Secretária de Estado: Esta semana, de um dia para o outro, a botija de gás ficou 20 % mais cara. Quem cozinha com gás vai pagar 38 € por botija, mas atravessa-se a fronteira e em Espanha custa 16 €.

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — Sim, o carapau!…

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Porquê esta diferença? Porque em Espanha o Estado regula o preço. Em Portugal o mercado é liberalizado e, nesse mesmo mercado liberalizado, a Galp acaba de anunciar lucros recorde de 1154 milhões de euros. O gasóleo está a mais de 2 € por litro. Em Espanha, curiosamente, está 10 % mais baixo, porque baixaram o IVA (imposto sobre o valor acrescentado).

Mas é nesta economia que a família que controla a Galp é a família mais rica de Portugal, com uma fortuna de 6700 milhões de euros. Um português com salário mínimo precisaria de trabalhar mais de meio milhão de anos para acumular essa fortuna. Um português com salário médio, um bocadinho menos, mas mesmo assim seriam 280 000 anos — bastante tempo, para uma vida humana. Mas não é um erro de cálculo, é a aritmética da desigualdade.

Como é evidente, ninguém está neste Parlamento para castigar o sucesso. Que Portugal seja um país onde toda a gente tenha sucesso. Mas, para isso, precisamos de justiça. O problema não é a Galp ter lucros, como é óbvio, Sr.ª Secretária de Estado, o problema é que em Portugal 50 famílias portuguesas acumulam 47 mil milhões de euros numa fortuna e pagam proporcionalmente, como a Sr.ª Secretária de Estado sabe, muito menos impostos do que o comum dos trabalhadores portugueses.

É por isso que é tão importante, sobretudo em alturas de crise energética, baixar o IVA dos combustíveis, regular de forma moderna as margens, garantir que há um IRS (imposto sobre o rendimento de pessoas singulares) justo sobre o trabalho e pedir um contributo modesto aos milionários e aos setores que têm ganhado com esta crise, apesar de não fazerem rigorosamente nada.

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — Isso não é por causa da crise!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Não é castigo, como se saberá, é condição mínima para que os portugueses possam viver melhor, como merecem.

Entretanto, assumiu a presidência o Vice-Presidente Diogo Pacheco de Amorim.

O Sr. **Presidente** — Tem a palavra, para uma intervenção, o Sr. Deputado Alfredo Maia, do Partido Comunista Português.

Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.as e Srs. Deputados: O Governo insiste em processos de urgência sobre matérias nucleares do sistema financeiro, sem qualquer estudo e pareceres da Autoridade Tributária e Aduaneira, do Banco de Portugal e da Comissão do Mercado de Valores Imobiliários. Esta forma de proceder aumenta seriamente os riscos de uma crise financeira. Crises que o País conhece bem e que o povo português pagou depois de governantes dizerem que os mecanismos de controlo e supervisão eram sólidos e robustos.

Mais uma vez, estão em causa os chamados criptoativos e a sua utilização pelo sistema financeiro. Os elementos de apreciação do PCP sobre o uso e a natureza dos criptoativos não se alteraram desde o último debate sobre o assunto, em outubro. Multiplicam-se os sinais de uso criminoso, com lavagem de dinheiro e branqueamento de capitais, fraude e aprofundamento de bolhas especulativas que o Governo e a União Europeia deveriam combater em vez de permitir e incentivar.

Sucessivas leis e alterações legislativas, a pretexto de transparência, além de legitimarem mais mecanismos de especulação, serão incapazes de gerir ou minimizar os impactos deste desvario. O que é central é proibir os criptoativos fungíveis não respaldados por moeda oficial. O mercado dos criptoativos assenta no conjunto de bens cujo único valor é quando há alguém disposto a pagar por esse criptoativo, em mais uma expressão da economia de casino.

Protestos do Deputado da IL Jorge Miguel Teixeira.

Esse mercado vive no mundo da especulação e precisa de ser combatido, dissuadido e extinto, e, se possível, levar com ele os restantes mecanismos de extorsão, lícitos ou ilícitos, regulamentados ou não, da banca e da alta finança.

Em todo o mundo, multiplicam-se os alertas e cresce a compreensão sobre os riscos para o sistema financeiro associados à emissão e transação dos criptoativos. Isto, para não nos alongarmos quanto às consequências ambientais colossais associadas a quantidades enormes de energia e água necessárias ao processo de mineração.

Mas há nesta discussão uma questão fundamental: para que serve o sistema financeiro? Para nós, comunistas, existe para servir a economia, para satisfazer necessidades de crédito e de poupança, para servir a produção e o desenvolvimento, não para ser um casino, para desviar somas colossais de capital dos setores produtivos para a especulação e a fortuna de uns poucos.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado João Almeida, do CDS.

Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, Sr.ª Secretária de Estado: De facto, o debate de hoje e as duas diretivas que transpomos — apesar da intervenção que a Sr.ª Secretária de Estado fez com a explicação da importância das mesmas —, pelo seu carácter técnico, ficaria um pouco limitada a discussão política. No entanto, tenho de agradecer ao Bloco de Esquerda ter arrastado uma iniciativa que permite fazer uma discussão mais política e menos técnica sobre a matéria e que é evidentemente interessante. Porque, sem prejuízo do que está em causa nas diretivas, que é alargarmos a base para que todos paguem

aquilo que lhes compete e assim termos um sistema fiscal mais justo — muito bem, estamos de acordo relativamente a isso —, depois há as opções discricionárias de políticas públicas, que definem como é que cada um de nós se posiciona na sua jurisdição. Desde logo, convém dizer que nós temos competência para a nossa jurisdição. O Bloco de Esquerda e outros partidos de esquerda têm normalmente a ideia de que podem cobrar impostos ao mundo inteiro e que, por definirem determinado tipo de modelo, vai funcionar assim em todo o lado.

Risos do Deputado do PSD Alberto Machado.

Só que acontece uma coisa: se fizéssemos aquilo que o Bloco de Esquerda e outros partidos de esquerda queriam em matéria de política fiscal, seríamos os únicos que iríamos fazer isso, não iria sobrar ninguém cá para pagar esses impostos que os senhores conseguiam aprovar.

Protestos do L.

Esta proposta dos ricos e dos super-ricos que nos traz o Bloco de Esquerda é mais uma tentativa de destruir de vez os serviços públicos em Portugal. Por uma razão simples: não há marcianos para pagarem impostos, só humanos pagam impostos. E os humanos são, tendencialmente — pelo menos, em economia, espera-se que sim —, racionais.

Risos da IL.

Portanto, se dentro da nossa discricionariedade aprovarmos medidas fiscais que aqueles que concorrem connosco não aprovam, obviamente que os cidadãos que são racionais vão movimentar todo o seu investimento, todos os seus ativos, para onde puderem pagar menos impostos.

Protestos do L.

Não é porque são malandros, é porque produzem riqueza. E só quem produz riqueza é que pode criar postos de trabalho e alimentar o investimento.

Com todo o respeito, Sr.as e Srs. Deputados, temos de perceber de uma vez e em primeiro lugar que, mesmo no contexto europeu e no contexto destas diretivas, não devemos estar na linha da frente da harmonização do regime fiscal. Pelo contrário, se há país que precisa de competitividade fiscal, mesmo no espaço da União Europeia, é Portugal. Porque se não nos pudermos diferenciar daqueles que estão connosco no mercado comum em matéria fiscal, vamo-nos diferenciar noutras matérias. E nas outras matérias nós perdemos.

Portanto, se não tivermos um instrumento fiscal, designadamente, para atrair investimento e para conseguir capitalizar uma economia, que é das mais descapitalizadas da Europa,…

Protestos do Deputado do L Tomás Pereira.

… Sr.as e Srs. Deputados, não vão ser os super-ricos a sofrer, vão ser aqueles que ganham salários ainda muito baixos em Portugal e que precisam de mais investimento para poderem ter melhores salários.

Aplausos do PSD e da IL.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Para uma intervenção, tem agora a palavra o Sr. Deputado Filipe Sousa, do JPP.

Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Filipe Sousa** (JPP): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Discutimos uma proposta que vem atrás do prejuízo. Durante anos, deixaram crescer um mercado de milhões, os criptoativos, sem regras claras, sem fiscalização eficaz e, pior ainda, sem garantir que todos paguem o que devem.

Finalmente, o Governo despertou para esta realidade e propõe regras de transparência e comunicação obrigatória. E bem. Porque não pode haver uma economia paralela onde alguns escapam ao fisco enquanto outros são esmagados por ele.

Mas, sejamos claros, isto não pode ser só mais um diploma para inglês ver. Se queremos justiça fiscal a sério, precisamos de fiscalização eficaz, meios para a Autoridade Tributária e Aduaneira e coragem política para enfrentar interesses instalados. Porque não há igualdade sem justiça fiscal e não há justiça fiscal se uns pagam e outros passam entre os pingos da chuva.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Miguel Costa Matos, do Partido Socialista.

Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Sr.ª Secretária de Estado: 1200 milhões de euros é quanto Portugal perde todos os anos em fraude e evasão fiscal.

É dinheiro que falta para investirmos no SNS, nas escolas, na habitação, para apoiar as famílias e as empresas — por exemplo, agora, que tanto precisam e que o dinheiro não está a chegar na resposta às tempestades.

É dinheiro que faz com que os mais ricos e as grandes empresas paguem menos em impostos do que o enfermeiro, o professor ou o comerciante. Não, os impostos têm de ser justos, e quem paga demais só poderá pagar menos se nós assegurarmos que quem deve paga aquilo que deve. É por isso que é tão importante o que estamos a discutir hoje.

Hoje debatemos a transposição da Diretiva DAC8 e *GloBE*, procedendo à troca automática de informação sobre os criptoativos. E estas várias diretivas, as DAC — Diretivas de Cooperação Administrativa —, são fundamentais. Elas envolvem já uma troca muito alargada de informações que, no caso de Portugal, chega a vários milhões de informações trocadas com vários países parceiros.

Portugal, aliás, foi pioneiro nesta área. Quando Portugal presidia à União Europeia, estava o Partido Socialista no Governo, conseguimos um consenso europeu para que haja o reporte, país por país, dos lucros das multinacionais, para evitar que as mesmas transfiram os lucros de um lado para o outro e assim evitarem pagar impostos. Foram anos mesmo muito importantes em que se conseguiu avançar, por exemplo, com um imposto mínimo global.

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — Mal!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Péssimo! É completamente estúpido esse imposto!

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — Mas este tempo está a resvalar. O G7 (Grupo dos Sete), com o apoio claramente de alguns partidos nesta Casa, quer isentar as empresas americanas do pagamento do imposto mínimo global. O que é que o Governo de Portugal faz? Ainda não ouvimos qualquer comentário.

Nas palavras da Sr.ª Secretária de Estado, na Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública, Portugal está a contribuir para o esvaziar da convenção fiscal que está neste momento em negociações na ONU (Organização das Nações Unidas).

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Antes estivesse!

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — E o que dizer da tentativa barata, apregoada agora pelo Sr. Deputado João Almeida, de Portugal competir em termos fiscais com outros países?

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Claro!

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — Bom, hoje mesmo a Comissão Europeia veio concluir o quê? Que a redução do IRC (imposto sobre o rendimento de pessoas coletivas) protagonizada pela AD é pouco eficaz para captar o

investimento. Estava visto, nós já sabíamos! Mas agora é a Comissão Europeia a desmentir a eficácia das vossas iniciativas.

Aplausos do PS.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — É contra os interesses da União Europeia!

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — Mas vou dizer-vos mais, Srs. Deputados. Na verdade, quem quer que Portugal compita pela via fiscal, porque não acredita noutras áreas, é um partido muito pouco patriótico, que não acredita num País que pode competir no valor acrescentado, que compete na inovação, na qualidade e nos salários.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Compete, e muito bem!

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — É aí que o PS acredita que está o futuro da economia portuguesa.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — É, é!

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — Mas, Sr. Presidente, infelizmente, quando vemos a AD resvalar nestas várias áreas do combate à evasão fiscal, podemos concluir uma coisa: é que, na verdade, somos apenas os últimos a entrar na festa. Esta diretiva é mesmo indicativa desse resvalar mais alargado.

Ora, o que é que acontece com esta diretiva? Os prazos para a implementação obrigatória das várias obrigações das outras diretivas DAC são adiados — a DAC1 para 2030, a DAC3, a DAC4 e a DAC6 para 2028. Pela primeira vez, Srs. Deputados, há uma diretiva destas que exclui um regime sancionatório mínimo, a a atenção que é sempre dada aos grandes contribuintes foi esvaziada. Portanto, os Bezos, os Musks, os Epsteins desta vida só entrarão no filtro do combate à evasão fiscal se fizerem transferências acima de 1,5 milhões de euros. Se cortarem aquilo às postas, bom, escapam ao filtro e podem continuar a fugir aos impostos.

No final de tudo, os governos fizeram estas cedências para quê, Srs. Deputados? Foi para avançar noutras áreas, como numa negociação justa? Infelizmente, não foi. O combate às empresas fictícias ficou pelo caminho. O caminho para uma base fiscal consolidada que, através da harmonização e da simplificação, pudesse reduzir o custo das empresas para cumprir com as suas obrigações fiscais, onde é que ele está? Não está em lado nenhum.

E o caminho para o euro digital, para acabar com a dependência dos bancos e das suas chorudas comissões, está à espera há anos, nas mãos de um Deputado do Parlamento Europeu do PPE (Partido Popular Europeu) — do partido que está no Governo em Portugal também —, sem que haja qualquer tipo de progresso.

Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, esta diretiva é um passo em frente, *OK*. Mas é um meio caminho. É sobretudo um aviso para que o Governo se meta a caminho para que cumpra a vocação histórica de Portugal poder avançar, para que resista à tentação da Comissão de resvalar nestas áreas e para que lidere aqui, em Portugal.

Sr.ª Secretária de Estado, há tanto a fazer para que a AT (Autoridade Tributária e Aduaneira) possa melhor responder a estas informações. Falta pessoal na AT, faltam mais recursos, falta uma estratégia. O plano estratégico acabou em 2025. É preciso um novo plano estratégico de combate à evasão e à fraude fiscal.

Sr.ª Secretária de Estado, o PS fez isto quando estava no Governo.

Protestos do Deputado da IL Jorge Miguel Teixeira.

Seguramente, não será agora a altura de quebrar o compromisso que estes partidos sempre tiveram de combater a fraude e a evasão fiscal, porque quem sai a ganhar com isso não somos nós, é o português comum, que paga demasiados impostos e que, se houver justiça fiscal, pode pagar muito, muito menos. É nesse caminho que estamos empenhados e é nele que queremos colaborar convosco.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Para uma intervenção, tem agora a palavra o Sr. Deputado Tomás Pereira, do Livre.

Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Tomás Pereira** (L): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Sr. Ministro, Sr.ª Secretária de Estado: Esta proposta de lei do Governo é, antes de mais, uma proposta sobre comunicação de informação. Quando não há informação, quando não há troca de dados, quando não há capacidade de cruzar o que acontece em diferentes países, em diferentes contas e plataformas, o Estado perde poder fiscal. E quando assim é, quem ganha não é certamente o cidadão comum.

Mas este diploma e a transposição destas diretivas é também o reconhecimento de que a economia da opacidade cresceu mais depressa do que a capacidade dos sistemas fiscais para a acompanhar. Essa opacidade tornou-se numa infraestrutura da desigualdade. Hoje a riqueza não está no salário de uma pessoa, está em estruturas complexas, em ativos digitais e em fluxos financeiros que atravessam fronteiras em segundos, muitas vezes sem deixar rasto. Hoje a questão já não é apenas de quanto se ganha, mas como se estrutura e para onde se desloca a riqueza para pagar menos impostos. Por isso, reconhecemos mérito neste diploma. O Estado quer ver melhor o que antes ficava escondido, e isso é certamente importante.

Mas convém não confundir transparência com justiça. A transparência é um instrumento, a justiça fiscal é o objetivo.

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Muito bem!

O Sr. **Tomás Pereira** (L): — E o problema é que hoje os super-ricos continuam a jogar um jogo diferente.

Protestos do Deputado da IL Mário Amorim Lopes.

Há uns anos, Warren Buffett, um dos homens mais ricos do mundo, chamou a atenção para o facto de pagar uma taxa efetiva de imposto mais baixa do que a sua própria secretária.

Risos do Deputado da IL Mário Amorim Lopes.

Parece absurdo, mas é verdade. E é verdade porque o rendimento do trabalho é observável, é linear, é sujeito a retenção na fonte. Já o rendimento do capital é, por natureza, mais elástico. Pode ser diferido, convertido, fragmentado ou deslocado entre jurisdições. E é exatamente esse o problema.

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — Era acabar! Era proibir!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Era proibir! Claro!

O Sr. **Tomás Pereira** (L): — Quem está no topo, os super-ricos, os ultra-ricos, ali os amigos da Iniciativa Liberal,…

Risos da Secretária de Estado dos Assuntos Fiscais.

… continuam a ter mais formas de organizar a sua riqueza para pagar menos do que quem vive do seu trabalho.

As 12 pessoas mais ricas do mundo têm mais riqueza do que a metade mais pobre da humanidade — 12 pessoas têm mais riqueza conjunta do que 4 mil milhões de pessoas!

Risos do Deputado da IL Mário Amorim Lopes.

Esta proposta combate melhor a opacidade, mas não combate automaticamente a desigualdade. É preciso garantir que essa informação recolhida com esta proposta serve para tributar rendimentos, património…

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — E, já agora, o oxigénio!

O Sr. **Tomás Pereira** (L): — … e capital, de forma progressiva e justa. Assim contribuímos para construir um país e um mundo mais justo, que não seja um mundo em que, para 12 pessoas terem tanto, 4 mil milhões de pessoas têm tão pouco. É uma pena, Sr.ª Secretária de Estado, que para isso a política fiscal deste Governo não contribua absolutamente nada.

Aplausos do L.

Entretanto, reassumiu a presidência o Vice Presidente Rodrigo Saraiva.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — A próxima intervenção é do Grupo Parlamentar do Chega. Tem a palavra a Sr.ª Deputada Patrícia Almeida, que dispõe de 3 minutos e 6 segundos.

A Sr.ª **Patrícia Almeida** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Permita-me um ponto prévio, antes de começar a minha intervenção, para dar os parabéns ao Partido Chega, que hoje faz 7 anos. E que, em 7 anos, contra tudo e contra todos, se tornou no segundo partido mais votado e a merecer a confiança dos portugueses. Parabéns ao Chega, parabéns aos meus colegas de bancada e parabéns a todos os portugueses que acreditam que podemos mudar Portugal!

Aplausos do CH e do CDS-PP.

Hoje discutimos duas iniciativas distintas, mas que incidem sobre a mesma matéria: a fiscalidade internacional, os criptoativos e o imposto mínimo global.

A proposta de lei do Governo transpõe duas diretivas europeias relativas à cooperação administrativa em matéria fiscal, reforçando a troca automática de informações, incluindo sobre criptoativos, e introduzindo novas obrigações declarativas e sancionatórias.

O projeto de resolução do Bloco de Esquerda defende uma maior taxação dos milionários e multimilionários, associando esta matéria à justiça fiscal e propondo o reforço dos meios da AT e do combate à evasão fiscal — mais do mesmo, os suspeitos do costume, para o Bloco de Esquerda.

Sr.as e Srs. Deputados, é verdade que a proposta do Governo responde à necessidade de adaptação do sistema fiscal à economia digital e à crescente utilização de criptoativos. É verdade também que reforça a cooperação internacional e a transparência fiscal. Mas isso não dispensa uma análise crítica porque a proposta levanta questões sérias. Primeiro, quanto à sua carga administrativa. Segundo, quanto à proporcionalidade, pois estamos a recolher e a partilhar informação sensível, incluindo dados financeiros e patrimoniais, que exige garantias sólidas de proteção de dados e de segurança de informação.

Um terceiro ponto, quanto ao seu impacto económico. É fundamental garantir que o combate à evasão fiscal não se transforma num entrave à inovação, ao investimento e ao desenvolvimento do setor tecnológico.

O combate à evasão fiscal é importante e acompanhamo-lo sem reservas. Mas não pode servir de pretexto para aumentar a burocracia, aumentar o controlo e criar mais obstáculos à economia.

O Bloco de Esquerda volta ao discurso habitual: mais impostos, mais taxação, mais intervenção do Estado. Falam em taxar milionários, mas o que vemos sempre é que quando a esquerda fala em tributar os rendimentos mais altos, acaba por atingir a classe média, as empresas e o investimento.

Para o Chega, combater a invasão fiscal, sim; garantir transparência, sim, mas sem criar mais burocracia, sem penalizar a economia e sem transformar Portugal num país hostil ao investimento.

Portugal não precisa de mais impostos. Portugal precisa de crescer, precisa de competitividade e precisa, definitivamente, de uma economia desburocratizada.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Muito obrigado, Sr.ª Deputada, e parabéns ao Partido Chega pelo seu aniversário.

Aplausos do CH, de Deputados do PSD e do CDS-PP.

A Sr.ª Deputada acertou exatamente no zero, o que quer dizer que não dispõe de mais tempo. Mesmo assim, tem um pedido de esclarecimento, que vai ser feito pelo Bloco de Esquerda, pelo Sr. Deputado Fabian Figueiredo, que tem 12 segundos para o efeito.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sr. Presidente, Sr.ª Deputada, no dia 8 de abril, que curiosamente foi ontem, a bancada do Chega defendeu o *windfall tax*, ou seja, o imposto sobre lucros extraordinários.

Às 16 horas e 31 minutos de 9 de abril, que foi há um minuto, a Sr.ª Deputada disse que não era preciso mais impostos.

Vozes do CH: — Ah!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Portanto, pergunto-lhe — deixe-me ver, agora são 16 horas e 32 minutos — qual é a opinião do Chega em matéria fiscal? É preciso ou não impostos sobre os lucros extraordinários?

Aplausos de Deputados do PS.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Mário Amorim Lopes, do Grupo Parlamentar da Iniciativa Liberal, que dispõe de 3 minutos.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Sr. Presidente, Sr.ªs e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: A nossa posição relativamente ao imposto mínimo global é muito simples: somos contra! Somos contra, porque a fiscalidade é, ou deveria ser, um instrumento de competitividade de um país como Portugal.

Mas a verdade é que isto não belisca em nada Portugal, porque nós temos impostos tão acima do Imposto Mínimo Global,…

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — Exato!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — … em particular o IRC (imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas), que, por isso, não produz qualquer efeito e não faz qualquer diferença existir ou não o Imposto Mínimo Global.

Mas deixe-me falar também da proposta do Bloco de Esquerda, mais uma, é sempre a mesma, pela taxação justa dos milionários e dos multimilionários — é assim que lhes chama o Bloco de Esquerda; o Partido Comunista chama-lhes o grande capital; o Livre chama-lhes os ultra, mega, híper, zeta ricos.

Ora, temos, então, os marxistas de conserva, os marxistas de caviar e os marxistas de *gourmet* com um «*toppingzinho»* de pistáchio — é dirigido aos três.

Risos da IL.

É que, Srs. Deputados, em 1846, Almeida Garrett perguntava quantos pobres era preciso criar para termos um rico. A resposta é simples: zero! Não temos de criar nenhum.

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — Muito bem!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — A economia não é um jogo de soma zero. Mas é que Almeida Garrett tinha uma grande desculpa: isto foi em 1846, dois anos antes da publicação da vossa bíblia, o Manifesto Comunista.

Os Srs. Deputados não têm essa desculpa. Estamos em 2026, sabem que a economia não é um jogo de soma zero, sabem perfeitamente isso e, portanto, não o defendem por ignorância, defendem-no por ideologia, para alimentar uma luta de classes.

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Sabe lá o que é a luta de classes!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Sabe porquê? Porque cada pessoa que consegue escapar à pobreza é um prego no caixão da revolução do proletariado; cada empresa que consegue ter lucro é um prego no caixão da revolução do proletariado; cada pessoa que tem sucesso, cada família que escapa à pobreza é um prego no caixão da revolução do proletariado.

E, portanto, só isto explica porque é que os Srs. Deputados continuam a achar que isto é um jogo de soma zero e porque é que não celebram, verdadeiramente, uma descida da pobreza.

A vossa grande preocupação sempre foi acabar com a riqueza, não com a pobreza. Porque os Srs. Deputados podem não gostar, por exemplo, de Javier Milei, do seu liberalismo, do capitalismo, da economia de mercado, mas, se não fossem hipócritas, tinham de celebrar uma descida histórica na taxa de pobreza que se regista na Argentina e que passou de cerca de 40 % para 28 %.

Protestos do Deputado do BE Fabian Figueiredo.

Mas, Srs. Deputados, não celebram, obviamente, porque aquilo que verdadeiramente querem fazer é acabar com riqueza, não é acabar com a pobreza. Não querem um povo cabeça erguida; o que querem mesmo é um povo preso, dependente e sem qualquer tipo de saída.

Portanto, não aplaudem, verdadeiramente, esta descida histórica de pobreza, porque não querem acabar com a pobreza, querem é acabar com a riqueza.

É por tudo isto, Srs. Deputados, que hoje em dia os trabalhadores de todo o mundo, que antes olhavam para a esquerda como um sinal de esperança, hoje olham para a esquerda, unem-se e dizem-vos: *afuera*!

Aplausos da IL.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — O Sr. Deputado não tem tempo para responder, mas vai ter um pedido de esclarecimento do Sr. Deputado Tomás Pereira, do Livre, que dispõe de 32 segundos.

Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **Tomás Pereira** (L): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Mário Amorim Lopes, sem entrar na discussão de dizer «eu não sou marxista, nunca fui…», não vou entrar nessa conversa…

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — Vais ter de justificar pelo *WhatsApp* porque não és marxista!

O Sr. **Tomás Pereira** (L): — … e na dos *toppings* de pistáchio, porque isso dos gelados é lá fora. Tenho uma pergunta muito simples e muito direta para si e tenho muita pena que já não tenha tempo para responder: concorda ou não que Warren Buffett devia pagar mais impostos do que a sua secretária?

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Mais!…

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP) — Muito mais!

O Sr. **Tomás Pereira** (L): — É uma pena não ter tempo, porque, confesso, estou muito curioso com o que é que o Sr. Deputado iria responder.

Aplausos do L e do Deputado do PS Miguel Matos.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Coelho, do PSD, que dispõe de 4 minutos e 10 segundos.

O Sr. **Pedro Coelho** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Sr. Ministro, Sr. Secretário de Estado: A proposta de lei do Governo, hoje em análise, é relevante na consolidação do quadro europeu dos serviços financeiros, nomeadamente no mercado dos criptoativos.

Importa, nesta matéria, sublinhar o esforço que tem sido levado a cabo por este Governo na transposição de diretivas comunitárias respeitantes ao setor financeiro. Em dois anos, este Governo da AD tem dado cumprimento às suas obrigações de transposição de diretivas e regulamentos.

Na matéria hoje em apreço, criptoativos, não se trata apenas de uma transposição técnica, é muito mais do que isso, é um compromisso com a transparência, com a estabilidade, com o futuro e, sobretudo, com os mecanismos de informação e de cooperação administrativa e fiscal.

Sr.as e Srs. Deputados, sabemos que os criptoativos têm ganho cada vez mais relevância em todo o mundo e que têm suscitado preocupações no que diz respeito à matéria do branqueamento de capitais, bem como à articulação entre reguladores.

No passado, o setor dos criptoativos tinha práticas opacas, com ausência de normativos pré-estabelecidos e com elevado risco para os investidores, porque muitos foram deixados à mercê de plataformas não supervisionadas e com risco elevado para os consumidores.

Hoje, em Portugal, temos regras claras e uniformes sobre a emissão, a negociação e a prestação de serviços com criptoativos, através da Lei n.º 69/2025, de 22 de dezembro, e da Lei n.º 70/2025, de 22 de dezembro, que estabelecem medidas relacionadas com a transferência de criptoativos para Portugal, focando-se no combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo.

No entanto, sabemos todos que mais informação, informação fiável, é sempre sinónimo de mais justiça fiscal e de igualdade na aplicação da lei. Nesta linha, tendo presentes os riscos relacionados com a utilização de criptoativos e a necessidade de conferir um tratamento idêntico ao que hoje é conferido às operações com moeda legal, é fundamental a implementação de medidas reforçadas e aplicáveis no contexto das relações estabelecidas entre prestadores de serviços de criptoativos e entidades estabelecidas no exterior, bem como quando estejam em causa transferências de criptoativos cuja origem ou destino seja um endereço auto-alojado.

Agora, com esta proposta legislativa, é hora de exigir aos prestadores de serviços de criptoativos as exigências, em termos de transparência, que já se aplicam à banca. Os criptoativos deixam de ser exceção e passam a fazer parte do sistema de troca de informações, com o reporte anual das transações realizadas.

Sublinhe-se que este reporte de informações não recai sobre os investidores individuais nem são criadas obrigações declarativas para os pequenos investidores, e quem tem de reportar são os prestadores de serviços.

No fundo, esta proposta de lei resulta da transposição de duas diretivas para o quadro jurídico nacional, que estabelece não só a comunicação obrigatória de informações por prestadores de serviços de criptoativos, mas também a troca automática e recíproca de informações sobre criptoativos ao abrigo de convenções internacionais, respondendo, assim, aos novos desafios decorrentes da utilização de meios alternativos de pagamento e investimento, contribuindo para o reforço da integridade do sistema tributário nacional e assegurando uma tributação mais justa e equitativa entre a economia digital e a economia tradicional.

Por outro lado, esta transposição também tem o objetivo de combater a fraude e a evasão fiscais ao nível da União Europeia, mediante uma revisão do quadro de cooperação entre autoridades, que alarga o âmbito da troca automática de informação, passando a incluir os prestadores de serviços de criptoativos sob controlo e fiscalização, para que, por exemplo, a informação e tributação do Imposto Mínimo Global seja efetiva.

Estes prestadores passam a estar obrigados a recolher e enviar informações periódicas para a Autoridade Tributária sobre os utilizadores que sejam residentes em território nacional e sobre as transações por estes realizadas.

Concluo, dizendo o seguinte: as medidas incluídas nesta proposta de lei não são apenas, na minha ótica, sobre criptoativos. Temos um enquadramento jurídico novo, que implica reporte e partilha de informação, à procura de uma tributação mais justa. No nosso sistema fiscal, teremos mais dados, mais equidade, mais confiança e menos litigância.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Vamos passar ao encerramento, pelo que dou a palavra à Sr.ª Secretária de Estado dos Assuntos Fiscais, que dispõe de 2 minutos.

A Sr.ª **Secretária de Estado dos Assuntos Fiscais**: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Disse-se muitas coisas nestas várias intervenções e eu procurarei, dentro do possível, pelo menos, responder algumas e enquadrar, concluindo este tema destas duas diretivas.

Novamente, reitero: o que estas duas diretivas vêm trazer são regras claras, previsíveis e harmonizadas. A este propósito — aliás, respondendo à intervenção da Sr.ª Deputada Patrícia Almeida —, quero dizer que não acreditamos que isto tenha algum prejuízo para a inovação tecnológica, pois, ao contrário, regras claras reforçam a confiança nos mercados e também neste.

Portanto, quem nada tem a esconder não tem nenhum problema com regras claras e — aliás, foi uma preocupação, que expressou na sua intervenção, de mais burocracia ou de maior carga administrativa para os operadores —, na verdade, o facto de as regras serem harmonizadas ao nível comunitário diminui essa carga administrativa, porque as regras tornam-se iguais em todas as jurisdições em que operam e, portanto, isso menoriza a carga administrativa que estas novas regras possam pressupor.

Além disso, também falou de proteção de dados, que está assegurada quer pela diretiva quer pelo diploma que a transpõe.

O Sr. Deputado Alfredo Maia, creio, dizia que não temos aqui nenhum parecer da Autoridade Tributária. A Autoridade Tributária, naturalmente, participou e ajudou na preparação deste diploma e, portanto, esse não é um tema.

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Não consta nenhum parecer!

A Sr.ª **Secretária de Estado dos Assuntos Fiscais**: — O Sr. Deputado Miguel Costa Matos falou em resvalar, mas quero dizer-lhe que só não está nada resvalado aqui. Falou também da Diretiva Pilar 2, e bem — e concordamos integralmente nessa matéria —, mas o Pilar 2 foi este Governo que o transpôs, porque quando entrou em funções, em abril de 2024, a transposição da diretiva estava atrasada, e muito.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Findo este ponto da nossa ordem do dia, quero agradecer a presença do Governo, que agora já não terá a obrigatoriedade de continuar connosco.

Vamos passar ao ponto 4, cujo agendamento é do Chega e que consiste na discussão conjunta dos Projetos de Lei n.os 455/XVII/1.ª (CH) — Estabelece o regime de reembolso das despesas de funeral para menores, dependentes e pessoas com incapacidade permanente e absoluta para o trabalho, 411/XVII/1.ª (PAN) — Procede ao aumento do subsídio de funeral em caso de falecimento de menores de 18 anos e de pessoas maiores acompanhadas, alterando o Decreto-Lei n.º 176/2003, de 2 de agosto, 436/XVII/1.ª (JPP) — Altera o artigo 54.º do Decreto-Lei n.º 322/90, de 18 de outubro, alargando o reembolso de despesas de funeral aos casos de falecimento de menores e de pessoas com deficiência/incapacidade, 438/XVII/1.ª (L) — Aumenta o valor do subsídio de funeral a atribuir pela Segurança Social em caso de morte de uma criança, 456/XVII/1.ª (PS) — Reforça o valor do subsídio de funeral, em particular no caso de morte de menor ou de titular do estatuto de maior acompanhado, procedendo à décima oitava alteração do Decreto-Lei n.º 176/2003, de 2 de agosto, 464/XVII/1.ª (PCP) — Aumenta o montante do subsídio de funeral em caso de morte de menor de 18 anos ou de pessoas com deficiência, alterando o Decreto-lei n.º 176/2003, de 2 de agosto, 537/XVII/1.ª (IL) — Aumenta o subsídio de funeral de crianças e jovens e 546/XVII/1.ª (BE) — Aumenta o valor do subsídio de funeral no caso de morte de menor de 18 anos e de pessoa com incapacidade.

Vamos iniciar esta discussão pela apresentação da iniciativa do Chega, que será feita pela Sr.ª Deputada Catarina Salgueiro, a quem dou a palavra.

A Sr.ª **Catarina Salgueiro** (CH): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Há momentos na vida de uma família que nenhuma lei consegue reparar, como a perda de um filho, a perda de alguém totalmente dependente, a perda de quem nunca teve, sequer, a possibilidade de construir autonomia.

Mas há algo que o Estado pode e deve fazer, não agravar essa dor com injustiça e negligência. É exatamente isso que hoje aqui trazemos com a apresentação do Projeto de Lei n.º 455/XVII/1.ª (CH), que visa estabelecer um regime de reembolso das despesas de funeral para três realidades particularmente vulneráveis: menores, pessoas dependentes e cidadãos com incapacidade permanente e absoluta para o trabalho.

Falamos de famílias que, muitas vezes, já vivem no limite, famílias que enfrentam diariamente custos acrescidos com saúde, acompanhamento, medicação, apoio especializado e que, num momento mais difícil das suas vidas, são confrontadas com uma fatura de valor elevado.

Pergunto: que sentido de justiça é este? Que estado social é este, que fracassa quando mais é preciso?

Sr.as e Srs. Deputados, hoje, o regime existente é manifestamente insuficiente, desigual e, em muitos casos, profundamente injusto. Há famílias que não têm direito a qualquer apoio, há outras que recebem valores irrisórios, completamente desfasados da realidade, e há, sobretudo, uma ausência chocante de sensibilidade perante situações de particular fragilidade.

O que o Chega propõe é simples, mas essencial: garantir o reembolso das despesas de funeral nestas situações específicas; assegurar critérios claros, justos e uniformes; e, acima de tudo, reconhecer que há perdas que exigem uma resposta diferenciada do Estado.

Porque não estamos a falar de números, mas, sim, de pessoas, de famílias, de dignidade, Sr.as e Srs. Deputados, este projeto de lei não é ideológico, é humano; não é uma medida de circunstância, é uma medida de justiça básica.

Se defendemos um Estado social, então ele tem de existir nos momentos críticos. Se falamos de proteção dos mais vulneráveis, então ela tem de ser efetiva, não apenas declarativa.

O que está hoje em causa é muito simples: se estamos do lado das famílias, ou se viramos a cara quando elas mais precisam. O Chega está ao lado das famílias, o Chega está ao lado da dignidade e diz, com clareza, que nenhuma família deve ser penalizada financeiramente num momento em que já perdeu tudo.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — A Sr.ª Deputada tem um pedido de esclarecimento, que vai ser feito pelo Grupo Parlamentar do PSD. Até 2 minutos, tem a palavra a Sr.ª Deputada Manuela Carvalho.

A Sr.ª **Manuela Carvalho** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Sr.ª Deputada Catarina Salgueiro, discutimos hoje um tema sobre o qual nenhum pai e nenhuma mãe deveria enfrentar.

Falamos do apoio às despesas de funeral, em particular nos casos de morte de menores, de nascituros e pessoas com deficiência. Ninguém paga as despesas de um funeral com pouco mais de 200 €. Falamos, sobretudo, de dor, de luto, de vazio e de perda. A perda de um filho é uma fratura profunda, irreparável, que marca uma família para sempre e, perante uma perda desta dimensão, o mínimo que se exige é humanidade.

Na hora da despedida e da dor, todas as famílias têm de saber que há um Estado que pratica a justiça social e que há um governo que não deixa ninguém para trás a sofrer sozinho,…

A Sr.ª **Madalena Cordeiro** (CH): — Não é o vosso!

A Sr.ª **Manuela Carvalho** (PSD): — … liderado pelo Primeiro-Ministro Luís Montenegro, que não ficou apenas pelas palavras, avançou para corrigir esta injustiça que foi ignorada durante demasiado tempo.

O Sr. **José Carlos Barbosa** (PS): — Não é verdade!

A Sr.ª **Manuela Carvalho** (PSD): — O PS teve oito anos para agir, oito anos para rever este regime, oito anos para corrigir uma injustiça vivida por famílias em dor extrema, mas não o fizeram. Chegam agora, já na oposição, com uma indignação tão sonora quanto tardia.

Protestos do Deputado do PS José Carlos Barbosa.

O Chega, chega com ruído. Reconhecer o problema é fácil,…

O Sr. **Francisco Gomes** (CH): — Estás a falar de cor!

A Sr.ª **Manuela Carvalho** (PSD): — … mas a proposta é tecnicamente errada ao nível da gestão dos dinheiros da Segurança Social.

A Sr.ª **Madalena Cordeiro** (CH): — Não leste!…

A Sr.ª **Manuela Carvalho** (PSD): — Ao escolher o regime contributivo para responder a situações que pertencem, pela sua natureza, ao âmbito da proteção familiar, o Chega afastou-se do enquadramento mais adequado. Quando falamos de dor verdadeira e de perdas irreparáveis, a política tem de acertar no diagnóstico e no instrumento.

A Sr.ª **Carla Barros** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Francisco Gomes** (CH): — É sempre a mesma desculpa!

A Sr.ª **Manuela Carvalho** (PSD): — Sr.ª Deputada Catarina Salgueiro, pergunto: será que o Chega está disponível para se aliar mais vezes às soluções que o Governo apresenta…

Protestos do PS e do L.

… para resolver, definitivamente, pequenas injustiças, mas que são grandes injustiças para quem as sofre no dia a dia? Está o Chega disponível?

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Para responder, até 2 minutos, tem a palavra a Sr.ª Deputada Catarina Salgueiro.

A Sr.ª **Catarina Salgueiro** (CH): — Muito obrigada pela sua questão, Sr.ª Deputada Manuela Carvalho. É incrível, eu nem estava a acreditar no que estava a ouvir.

Há 50 anos que vocês estão no poder, PSD, PS, geringonça, não fizeram nada — não fizeram nada e agora pedem-nos a nossa colaboração?

Vozes do CH: — É verdade! É verdade!

Aplausos do CH.

Protestos do PSD e do PS.

A Sr.ª **Catarina Salgueiro** (CH): — O Chega é um partido de fazer, querer e fazer.

Vozes do CH: — Muito bem!

A Sr.ª **Manuela Carvalho** (PSD): — Já por duas vezes que o Chega pôs a proposta no Orçamento do Estado e vocês chumbaram-na.

Aplausos do CH.

Protestos do PSD e contraprotestos do CH.

A Sr.ª **Isaura Morais** (PSD): — Vocês estão desatualizados!

A Sr.ª **Madalena Cordeiro** (CH): — Calem-se!

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Passados alguns segundos para poderem espairecer, vamos continuar com a apresentação das iniciativas legislativas. A próxima é do PAN, até 2 minutos e tem a palavra a Sr.ª Deputada Inês de Sousa Real.

Pausa.

Continuação de protestos do PSD e de contraprotestos do CH.

Sr.ª Deputada, quando chegar ao púlpito, a Câmara vai, certamente, dar-lhe todas as condições para fazer a apresentação da iniciativa.

A Sr.ª **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Se há iniciativas e temas em que, de facto, verificamos a importância deste Parlamento legislar e estar um passo à frente do Governo, este é um tema desses.

Aliás, a última intervenção mostrou-nos isso mesmo, como o Governo correu atrás do prejuízo, precisamente porque iniciativas como a do PAN e a que marcam este agendamento — no caso, do Chega — alertaram para aquilo que tem sido uma reivindicação mais do que justa por parte dos cidadãos.

Sr.as e Srs. Deputados, há momentos em que as palavras parecem pequenas demais para a dimensão não só do que estamos a legislar, mas, acima de tudo, dos casos reais que as pessoas estão a viver.

Falo-vos hoje do Miguel. O Miguel tinha apenas 2 anos e 9 meses quando, de forma rápida, foi levado por uma doença brutal. No meio de uma dor que já é só por si incomensurável, a sua família deparou-se com a fraqueza da Segurança Social, que afirmou não haver direito ao reembolso das despesas de funeral porque o Miguel não contribuiu. Como se a vida de uma criança pudesse, alguma vez, ser reduzida a isso. Como se o valor de uma pessoa estivesse dependente de folhas de salário ou até mesmo de anos de trabalho.

Sr.as e Srs. Deputados, se há alguma coisa que todos nós podemos afirmar, com certeza, é que os nossos impostos têm de servir para pagar a morte e as despesas de um funeral de uma criança. E é por isso mesmo que o PAN apresentou esta iniciativa, porque temos a consciência de que o seu funeral foi um peso real sobre uma família que já carregava em si uma dor insuportável pela sua perda.

E é que aqui esta iniciativa ganha rosto. Uma iniciativa que nasce da coragem da Daniela, a tia do coração do Miguel, que, perante a perda, decidiu transformar a dor em ação. Foi ela quem trouxe o Miguel até aqui. Não foi o Governo que se apressou a legislar, foi a tia do Miguel quem recusou o silêncio. Foi ela quem disse que este tratamento da Segurança Social não estava certo. E não está.

Não está certo que uma família já quebrada pelo luto tenha ainda de enfrentar a indiferença de regras que não reconhecem a dor. Não está certo que a Segurança Social tenha uma hierarquia sobre a morte e que umas vidas valham mais sobre as outras.

É por isso mesmo que, hoje, o PAN propõe que o subsídio de funeral por morte de uma criança passe a ser igual ao que o Estado paga pela morte de um adulto, que não deixemos em vão esta dor e que dêmos dignidade a este mesmo caso.

Aplausos do L e do BE.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — A próxima apresentação de iniciativa legislativa é do JPP, do Sr. Deputado Filipe Sousa. Tem até 2 minutos para o efeito.

O Sr. **Filipe Sousa** (JPP): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Há momentos na vida em que nenhuma palavra é suficiente para descrever a perda de um ente querido. Perder um filho, perder alguém em condição de especial vulnerabilidade é uma dor que não se mede, não se explica, não se ultrapassa, apenas se carrega.

É precisamente nestes momentos que o Estado não pode falhar. Mas falhou e continua a falhar. E falha quando diz a uma família que acabou de perder uma criança que não tem direito a apoio porque essa criança não descontada. E falha quando transforma um ato de amor, o último gesto de dignidade, numa fatura pesada, fria e solitária.

Estamos a falar de justiça básica. Estamos a falar de humanidade. Estamos a falar de um sistema que deve proteger e não excluir quem está fragilizado. Uma criança não escolhe não ter carreira contributiva. Uma pessoa com deficiência não escolhe, acima de tudo, a sua condição. Mas o Estado pode e deve escolher não penalizar estas realidades, estas tristes realidades.

O projeto de lei que propomos não é um luxo, não é um excesso, é, no mínimo, um ato de cidadania e humanismo. É garantir que no momento mais duro da vida de uma família o Estado não vira as costas. É assegurar que a Segurança Social cumpra o seu nome verdadeiro — segurança social. Porque uma sociedade mede-se também pela forma como trata os seus momentos de maior dor, e hoje temos uma oportunidade plena de estar à altura desse teste.

Não trazemos aqui uma proposta ideológica, trazemos uma proposta humana, e é por isso que apelo ao voto favorável, desta Casa da democracia, às diferentes iniciativas que hoje estão em discussão.

Aplausos do L, do BE e de Deputados do PS.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — A próxima intervenção é do Grupo Parlamentar do Livre. Até 4 minutos, tem a palavra o Sr. Deputado Tomás Pereira.

O Sr. **Tomás Pereira** (L): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Caras Concidadãs e Concidadãos nas galerias: À devastação de uma família que perde um filho, cabe ao Estado assegurar que não se soma um fardo financeiro em cima de tamanho do sofrimento.

Incompreensivelmente, o subsídio de funeral de uma criança é de meio IAS (indexante dos apoios sociais), o que corresponde, atualmente, a cerca de 268 €, um valor manifestamente insuficiente para fazer face às despesas de um funeral e que acrescenta um peso financeiro em cima de um sofrimento atroz.

O que aqui discutimos hoje é, certamente, uma matéria muito sensível, mas tem uma solução simples, elementar e que nos deve unir a todos e a todas. Subir o valor do subsídio de funeral para crianças não apagará, certamente, a dor de pais e mães que perdem um filho ou uma filha. Mas é um sinal de solidariedade que o País e a sociedade podem e devem enviar a todas as pessoas que perderam um filho ou uma filha, também elas parte deste País e desta sociedade, de que estamos ao lado delas na hora do seu maior sofrimento.

Num tempo cada vez mais dado ao individualismo, à perda do sentimento de pertença coletiva e ao deteriorar dos laços que nos unem nas nossas semelhanças e nas nossas diferenças, este Parlamento tem a oportunidade de emitir um sinal inequívoco de solidariedade na hora em que quem perde um filho mais precisa dessa solidariedade. Paremos de acrescentar ansiedade financeira a quem já está a passar o pior momento da sua vida.

A proposta que o Livre aqui apresenta hoje pretende subir o valor do subsídio de funeral para crianças para três vezes o valor do indexante dos apoios sociais, o que corresponde a cerca de 1600 €, equiparando-o ao valor do reembolso normal de despesas de funeral. É da mais elementar justiça e um gesto de solidariedade que podemos e devemos emitir a partir daqui, a partir deste Parlamento. Esperemos que nos acompanhem nesta proposta.

Aplausos do L e do BE.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — A próxima apresentação de iniciativa legislativa é do Grupo Parlamentar do Partido Socialista. Até 6 minutos, tem a palavra a Sr.ª Deputada Dália Miranda.

A Sr.ª **Dália Miranda** (PS): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Este debate representa uma verdadeira vitória.

Uma vitória porque trouxe para o espaço público uma realidade muitas vezes silenciosa. Uma vitória porque mobilizou cidadãos, nomeadamente através de várias petições que circulam. E uma vitória porque mereceu o acolhimento da maior parte dos grupos parlamentares da Assembleia, demonstrando que quando está em causa a dignidade das famílias sabemos convergir.

E ao que agora sabemos, também contribuiu para que o Governo, a julgar pelo que hoje foi anunciado na comunicação social, tenha aceitado mudar o pagamento de subsídios de funeral a crianças — precisamente no dia em que esta Assembleia se prepara para discutir este assunto com propostas de quase todos os partidos — , depois de, no passado, se ter recusado a fazer essa mudança, desde logo no debate do último Orçamento do Estado.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Que grande lata!

A Sr.ª **Helga Correia** (PSD): — Durante oito anos, o que é que fizeram?

A Sr.ª **Dália Miranda** (PS): — Por isso, este debate, as propostas de vários partidos e este anúncio de cedência por parte do Governo é, desde logo, um sinal importante e uma vitória dos cidadãos que se mobilizaram e dos partidos, como o Partido Socialista, que se tem debatido pelo reconhecimento de que esta é uma matéria que existe resposta e prioridade.

Protestos de Deputados do PSD, do CH, da IL e do CDS-PP.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Oh, pá, que vergonha!

A Sr.ª **Dália Miranda** (PS): — Isto deve ser reconhecido, mas deve também reforçar a nossa responsabilidade.

Sr.as e Srs. Deputados, mais do que o momento do anúncio ou da autoria da proposta, importa garantir a solidez da solução.

Vozes do PSD: — Isso! Isso está bem!

A Sr.ª **Dália Miranda** (PS): — Importa assegurar que o regime é claro, coerente e verdadeiramente adequado às situações que pretende proteger. Importa, sobretudo, não perder de vista aquilo que está no centro deste debate. Estamos a falar de famílias que perderam um filho, de uma dor que nenhuma palavra consegue traduzir, de um momento em que tudo deveria parar, mas, ainda assim, surgem encargos imediatos inevitáveis. É precisamente neste momento que o Estado tem de estar presente, com humanidade, com justiça, com resposta à altura.

Sr.as e Srs. Deputados, no caso das crianças, há uma evidência que não pode ser ignorada: não houve escolha, não houve oportunidade de contribuir, não houve tempo. E é por isso que a proteção social tem aqui uma responsabilidade acrescida.

A Sr.ª **Helga Correia** (PSD): — E os oito anos que estiveram lá, resolveram?

A Sr.ª **Dália Miranda** (PS): — O que está em causa não é apenas o apoio financeiro, é o reconhecimento de uma situação de particular fragilidade que exige uma resposta diferenciada.

Sr.as e Srs. Deputados, o Partido Socialista esteve sempre na linha da frente da construção e do reforço da proteção social em Portugal — também aqui assume a sua prioridade.

Aplausos do PS.

E foi com esse objetivo que apresentámos a nossa proposta. Uma proposta que visa assegurar que, em caso de morte de menor, o apoio acompanha as despesas efetivamente suportadas com um limite adequado, que alarga a proteção a outras situações de vulnerabilidade efetiva e que reforça o nível mínimo de apoio, garantindo maior dignidade e justiça.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, este é o momento em que convergimos no essencial. Há uma consciência coletiva de que esta realidade precisava de ser corrigida, há propostas em cima da mesa, há um caminho que está a ser feito e o Partido Socialista estará, como sempre esteve, disponível para contribuir para uma solução que seja justa, equilibrada e duradoura.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Isso não é sério! Que vergonha!

A Sr.ª **Dália Miranda** (PS): — Porque, no fim, é disso que se trata: garantir que, no momento mais difícil da vida de uma família, o Estado está presente, com respeito, com dignidade e com sentido de justiça.

Aplausos do PS.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Que grande vergonha!

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — A Sr.ª Deputada tem um pedido de esclarecimento do Grupo Parlamentar da Iniciativa Liberal. Para o efeito, até 2 minutos, tem a palavra a Sr.ª Deputada Joana Cordeiro.

A Sr.ª **Joana Cordeiro** (IL): — Sr. Presidente, Sr.ᵃˢ e Srs. Deputados, Sr.ª Deputada Dália Miranda, quantas famílias poderiam ter sido apoiadas se o PS tivesse feito aquilo que devia enquanto foi Governo?

A Sr.ª **Isaura Morais** (PSD): — Claro!

Vozes da IL: — Muito bem!

Protestos do PS.

A Sr.ª **Joana Cordeiro** (IL): — O valor de 268 €, que é o apoio que é dado às famílias,…

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Que vergonha!

A Sr.ª **Joana Cordeiro** (IL): — … é o mesmo há demasiados anos. O PS podia ter resolvido o problema e não o fez. Qual é a sua justificação?

Aplausos da IL e do Deputado do CDS-PP João Pinho de Almeida.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Para responder, até 2 minutos, tem a palavra a Sr.ª Deputada Dália Miranda.

A Sr.ª **Dália Miranda** (PS): — Sr.ª Deputada Joana Cordeiro, antes de mais vou-lhe colocar uma questão em resposta à sua questão: quando é que a Iniciativa Liberal apresentou uma proposta relativamente a esta situação?

Aplausos do PS.

A Sr.ª **Joana Cordeiro** (IL): — Está aqui!

A oradora exibiu um documento.

A Sr.ª **Dália Miranda** (PS): — Agora? Agora, Sr.ª Deputada?

Protestos da IL, de Deputados do PSD e de Deputados do CH.

À medida que a situação foi surgindo, estamos a dar…

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — A situação foi surgindo?!

A Sr.ª **Dália Miranda** (PS): — Sim…

A Sr.ª **Angélique Da Teresa** (IL): — Vergonha!

A Sr.ª **Joana Cordeiro** (IL): — Os senhores foram Governo!

A Sr.ª **Dália Miranda** (PS): — Não, não…

Protestos da IL e de Deputados do PSD e do CH.

Não houve nenhuma proposta apresentada pela Iniciativa Liberal.
A situação surgiu e o Partido Socialista, como sempre, atuou.

Aplausos do PS.

Protestos da IL.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Já vi muita lata, mas uma coisa assim nunca vi!

A Sr.ª **Isaura Morais** (PSD): — Vocês não fizeram, mas este Governo fez!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — É inacreditável!

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Continuando na apresentação de iniciativas legislativas, a próxima é do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português.

Protestos da IL e contraprotestos do PS.

Até 4 minutos, tem a palavra para intervir o Sr. Deputado Alfredo Maia, e a Câmara vai-lhe dar condições para fazer a apresentação da iniciativa.

Continuação de protestos da IL e de contraprotestos do PS.

Srs. Deputados e Sr.as Deputadas, por respeito à sensibilidade do tema,…

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — É por isso mesmo! Grande vergonha!

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — … criemos as condições para que as intervenções possam ser feitas.

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O tema em debate convoca a urgência de sinceridade deste Parlamento perante uma pergunta simples. Qual é o valor minimamente solidário, minimamente decente, a garantir pelo Estado nas despesas de funeral de um cidadão menor de idade — mesmo um bebé, uma criança — ou de uma pessoa com deficiência que não tem carreira contributiva?
A letra fria da lei em vigor esclarece que o valor de subsídio de funeral é de 261,25 € — tal e qual!

Tenhamos em conta que o preço de um funeral pode atingir, em média, entre 1600 € e 2100 €, sendo as despesas reembolsadas de forma diversa consoante se trate de pessoa com carreira contributiva, entre outros critérios, ou sem carreira contributiva. No primeiro caso, os familiares são ressarcidos no valor correspondente a até três indexantes de apoios sociais, isto é, em 2026, até 1611,19 €; no segundo caso, já vimos, o valor é de apenas 261,15 €.

Este valor é de uma profundíssima injustiça e, em muitos casos, acrescenta sofrimento e dificuldades às famílias onde já sobra a dor. O caso é particularmente doloroso nas situações de morte muito prematura de jovens, adolescentes, crianças, e mesmo bebés, um acontecimento contranatura, gerador de efeitos devastadores, tanto emocional como psicologicamente, quantas vezes muito prolongados e de luto perpétuo; quantas vezes, apanhando muitas famílias na contramão da aflição financeira, incapazes de enfrentar um encargo com um funeral, como se não fosse já suficiente o episódio que ceifa das suas vidas um ente amado. E são muitas as famílias forçadas a contrair dívidas para poderem cumprir a derradeira obrigação.

É tempo de corrigir esta enorme injustiça. Como o PCP sempre defendeu, a garantia de um sistema de segurança social público, universal e solidário é inseparável da garantia de prestações sociais para todos, sendo da mais elementar justiça aumentar os apoios de reembolso de despesas de funeral às famílias enlutadas.

Nesse sentido, o projeto de lei que o PCP traz a debate visa aumentar o montante do subsídio de funeral, designadamente nos casos de morte de menor de 18 anos ou de pessoas com deficiência. O montante mínimo de reembolso assegurado pela Segurança Social deve ser equivalente a três vezes o valor do indexante de apoios sociais no caso de morte de cidadão menor de 18 anos; e igualmente nos casos de pessoa com deficiência cujo grau de incapacidade seja igual ou superior a 60 % e estar impossibilitada de exercer uma atividade profissional, ou que, independentemente da percentagem de incapacidade, se encontre em situação de dependência ou impossibilitada de trabalhar.

Srs. Deputados, não propomos mais do que justiça e decência. Saibamos todos concedê-las.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — A última apresentação de iniciativa legislativa é do Grupo Parlamentar da Iniciativa Liberal, que tem até 3 minutos e 35 segundos. Para o efeito, tem a palavra a Sr.ª Deputada Joana Cordeiro.

A Sr.ª **Joana Cordeiro** (IL): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: A morte de uma criança é das experiências mais difíceis que uma família pode enfrentar, e num momento como esse há algo que não pode acontecer, que é o Estado falhar e deixar as famílias com um problema financeiro quando já estão a lidar com uma perda irreparável. Mas é exatamente isso que hoje acontece.

Em Portugal, quando morre um nascituro, uma criança ou um jovem, a família tem direito, na maioria dos casos, a um apoio máximo de cerca de 268 € — 268 €, Srs. Deputados! —, quando sabemos que um funeral custa muitíssimo mais. Isto não é um apoio, é um valor simbólico e insuficiente, e é ainda mais injusto quando percebemos o porquê.

Basta um dia de descontos para a Segurança Social para aceder ao regime contributivo e ter direito a um reembolso muito mais significativo, mas uma criança não trabalha e, obviamente, nunca teve sequer a possibilidade de contribuir, e é por isso que estas famílias ficam desprotegidas. Ou seja, o sistema falha exatamente onde devia ser forte.

É para corrigir essa falha que a Iniciativa Liberal apresenta esta proposta. É uma proposta simples, que não muda o modelo, não complica o sistema, atua no diploma certo e faz apenas uma coisa: aumenta o limite máximo do subsídio de funeral para três vezes o valor do IAS. Ou seja, passamos de um apoio máximo de cerca de 268 € para um apoio máximo de cerca de 1600 €.

Sr.as e Srs. Deputados, é positivo que hoje exista um reconhecimento alargado de que este regime não é aceitável e que até o próprio Governo tenha vindo reconhecer essa realidade. Mas este problema não surgiu hoje, ele foi identificado, foi denunciado, está a ser discutido neste Parlamento, e é aqui, neste Parlamento, que deve ficar consagrada uma solução clara, estável e adequada.

Hoje, discutimos vários projetos sobre este tema. As soluções são diferentes, algumas são mais simples e outras mais complexas, algumas são mais focadas, outras mais abrangentes e outras ainda que estão legalmente erradas. Mas há um ponto comum: a necessidade de garantir um apoio mais digno às famílias. Por

isso, a Iniciativa Liberal acompanhará a grande maioria das iniciativas que, embora diferentes da nossa, contribuam para melhorar de forma concreta esta resposta.

O essencial, Srs. Deputados, é garantir que nenhuma família fica sem capacidade para pagar um funeral e garantir que o Estado não falha quando as pessoas mais precisam. Porque sim, o Estado deve estar onde é essencial.

Aplausos da IL.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Há pouco, por lapso, referi que era a última apresentação de iniciativa, mas não era. Agora sim, para apresentar o projeto de lei do Bloco de Esquerda, tem a palavra o Sr. Deputado Fabian Figueiredo, que tem até 2 minutos.

Penso que é das poucas vezes que, considerando os grupos parlamentares, inclusive os que apoiam o Governo — e o Governo também teve uma proposta sobre o tema —, todas as forças políticas representadas no Parlamento têm uma proposta sobre um tema, o que penso que é de destacar.

Tem a palavra, Sr. Deputado Fabian Figueiredo.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Em dezembro, uma criança com 2 anos e 9 meses morreu, em Portugal. Chamava-se Miguel. Os pais foram ao balcão da Segurança Social e receberam uma resposta: o Estado não tem de reembolsar as despesas do funeral porque o Miguel não tinha contribuições para a Segurança Social. A única ajuda possível foi um subsídio de 261 €, absolutamente insuficiente face ao custo real de um funeral simples, que ultrapassa largamente os 1000 €.

Os pais do Miguel descontam, pagam impostos, contribuem há anos para um sistema que, no momento mais devastador das suas vidas, não tinha as ferramentas legais para os apoiar. O filho não contava porque, obviamente, não trabalhou. Nem devia trabalhar! Como podia trabalhar?! Tinha 2 anos e 9 meses.

Daniela Soares, amiga da família, transformou a indignação numa petição que, hoje, tem mais de 15 000 assinaturas. A Associação Acreditar já tinha alertado o Parlamento há anos, com uma petição que recolheu mais de 28 000 assinaturas. É essa a exigência que temos de colocar a nós próprios. Podemos acabar com esta injustiça e é este o repto que deixamos: que os projetos baixem à comissão, com votação a favor na generalidade.

Trazemos uma proposta para que o valor do subsídio passe a refletir o custo real de um funeral. A dor de perder um filho já é insuportável, o Estado não pode tornar esse momento, que é tão difícil, ainda pior.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Vamos passar à fase das intervenções dos grupos parlamentares, e a primeira será do Grupo Parlamentar do PSD. Até 3 minutos e 52 segundos, tem a palavra a Sr.ª Deputada Isaura Morais.

A Sr.ª **Isaura Morais** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: A missão que os portugueses nos confiaram é clara, é a de debater com seriedade os temas que afetam o dia a dia dos portugueses, resolver os problemas que demoraram muitos anos a ficarem resolvidos e criar bases sólidas para um crescimento sustentado e que nos permita prosperar enquanto sociedade.

Aplausos do PSD.

Decidir sobre o montante consagrado para o subsídio de funeral no âmbito do subsistema de proteção familiar, mais do que uma questão de opinião, é uma questão particularmente sensível que exige, de todos nós, humanismo e sentido de responsabilidade. É por isso que o dia de hoje representa também um marco de extrema sensibilidade e humanismo do nosso Governo.

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Vai daí…

A Sr.ª **Isaura Morais** (PSD): — Hoje, tomámos conhecimento público — e neste momento está a ser anunciado em conferência de imprensa — de que o Governo levou a Conselho de Ministros a alteração ao

Decreto-Lei n.º 176/2003 que aumenta de forma significativa o subsídio de funeral nas situações de morte de menor ou de nascituro, bem como de pessoa em situação de incapacidade permanente e absoluta para o trabalho.

Aplausos do PSD.

A atualização do subsídio de funeral por falecimento de um menor é uma medida que, mais do que números, representa um gesto de justiça social. Durante mais de duas décadas, este apoio manteve-se inalterado, desligado da realidade dos custos e, sobretudo, da dor vivida pelas famílias que não têm condições financeiras para fazerem o luto de forma digna.

O que o Governo aprovou foi o aumento do subsídio de funeral de menores e pessoas com deficiência de meio IAS para três IAS, ou seja, de 268 € para 1611 €.

Aplausos do PSD.

Não se trata de compensar a dor, porque nenhuma medida substitui a perda de um filho. Trata-se, sim, de garantir que, num dos momentos mais difíceis da vida, o Estado não falha.

Assim, a partir deste mês, a Segurança Social atribui, em caso de morte de menor ou de pessoa com deficiência nas condições previstas, um valor digno ao subsídio de funeral. As despesas associadas ao funeral, mesmo em casos simples, podem ser significativas e desproporcionais face ao apoio que existia atualmente e que não era alterado desde 2003.

Ao aumentar o subsídio de funeral para crianças e pessoas com deficiência, o Estado não só contribui para reduzir desigualdades como afirma um compromisso claro com a solidariedade e o cuidado social.

Prometemos que vínhamos para mudar, com justiça e seriedade. O Governo está a cumprir este desígnio e não faltará aos portugueses.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — A Sr.ª Deputada tem um pedido de esclarecimento, que será feito pelo Grupo Parlamentar do Chega. Para tal, até 2 minutos, tem a palavra o Sr. Deputado Armando Grave.

O Sr. **Armando Grave** (CH): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, o falecimento de uma criança é uma realidade que coloca à prova qualquer pessoa, sobretudo os pais, a família e os amigos. No entanto, o edifício jurídico não tem colocado o Estado ao lado das famílias neste momento de dor e, além do sofrimento imenso, tem sido, ao longo destes anos todos, desvalorizada a gravidade desta situação.

Há aqui uma impossibilidade objetiva de contribuição. Não se trata de negar a importância da carreira contributiva — ela importa, e muito! —, mas o que o Chega propõe é algo distinto. Situações há em que não existe, nem poderia existir, uma carreira contributiva própria: uma criança não trabalha, nem nunca trabalhou; uma criança que faleceu ainda em estado fetal, evidentemente, não gerou qualquer carreira contributiva. Nestes casos, o critério das 22 semanas deve ser claramente positivado no ordenamento jurídico português.

Em situações como estas, assim como dizem os enunciados na nossa proposta de projeto de lei, a ausência de carreira contributiva não exprime incumprimento; exprime, antes, uma impossibilidade natural, biológica ou clínica.

Vozes do CH: — Muito bem!

O Sr. **Armando Grave** (CH): — O Estado não pode punir uma impossibilidade natural. O apoio não pode ser meramente simbólico, deve corresponder a um valor real e digno.

O Chega não pretende privilégios, exige apenas que o Estado trate com justiça quem nunca teve a possibilidade de contribuir. Quando uma família perde um filho, o Estado não pode acrescentar indignidade ao luto e à dor.

Sr.ª Deputada Isaura Morais, o PSD foi o único partido que, até agora, não fez dar entrada aqui, nesta Casa, de nenhuma proposta.

A Sr.ª **Helga Correia** (PSD): — Como é possível dizer isso?!

O Sr. **Pedro Alves** (PSD): — Não ouviram a intervenção?!

O Sr. **Armando Grave** (CH): — Vão VV. Ex.as aprovar, num consenso alargado, devolver a justiça e a dignidade que estas pessoas merecem?

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Para responder, até 26 segundos, tem a palavra a Sr.ª Deputada Isaura Morais.

A Sr.ª **Isaura Morais** (PSD): — Sr. Presidente, ó Sr. Deputado Armando Grave, agradeço imenso a questão que me coloca, mas tenho de lhe dizer duas coisas. A primeira é que não ouviu nada daquilo que eu disse, ou já trazia a pergunta formalizada.

Protestos da Deputada do CH Cristina Rodrigues.

A segunda é que, como alguns partidos também disseram, é normal que os partidos apresentem propostas — é o nosso trabalho parlamentar! —, mas a verdade é que quem resolveu este problema, hoje, foi este Governo! Sim?!

Aplausos do PSD.

Este problema foi hoje ultrapassado. Era um problema que se arrastava desde 2003, e hoje este Governo resolveu-o.

Sr. Deputado, muito obrigada, e o atual Governo continua…

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone da oradora foi automaticamente desligado.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — A próxima intervenção é do Grupo Parlamentar do CDS. Até 3 minutos, tem a palavra o Sr. Deputado João Almeida.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente, começo por cumprimentar a Associação Acreditar e os pais de crianças que, ao longo de vários anos, tiveram de passar pelo sofrimento de enterrar um filho e de o fazer com um apoio do Estado que é verdadeiramente indigno.

Por isso, devo dizer que nós, em política, às vezes somos postos perante opções que nos parecem lógicas e, depois, aparecem razões muito fundamentadas para que não sigamos o caminho que é lógico. Isso aconteceu-me no último Orçamento do Estado, quando várias propostas propunham exatamente esta solução para este problema. De facto, por muito que a razão de ser existisse — e existia, e há uma diferença entre prestações contributivas e não contributivas, há toda uma razão técnica para que as coisas assim sejam —, devo confessar que estes meses entre aquela votação e a possibilidade de agora resolvermos a questão custaram muito.

Efetivamente, não podemos deixar que a burocracia ultrapasse o bom senso nas nossas escolhas políticas, e tantas vezes isso acontece. Tantas vezes a burocracia dá extraordinárias razões, tem extraordinários fundamentos: «há anos que é assim», como nos dizem, e «tecnicamente, tem de ser assim».

Não há nada técnico, nem nenhum costume, nem nenhum tempo decorrido que possa explicar que uns pais que têm de enterrar um filho têm menos direito a apoio do que qualquer outra pessoa na circunstância de ter de pagar um funeral. Por isso, sinceramente, venham de onde vierem as iniciativas, seja quem for que tenha o mérito, felizmente, estaremos todos a favor.

A vantagem, hoje, não é para nenhuma força política, é mesmo para o bom senso e para quem vai deixar de passar por esta situação.

Aplausos do PSD e da IL.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — A próxima intervenção é do Grupo Parlamentar do Partido Socialista. Até 1 minuto e 57 segundos, tem a palavra o Sr. Deputado Miguel Cabrita.

O Sr. **Miguel Cabrita** (PS): — Sr. Presidente, o debate de hoje traz várias tentativas de vários partidos para resolver um problema que foi detetado, no âmbito do nosso sistema de proteção social, que tem ganhado visibilidade e resulta numa injustiça.

Como já foi dito, quando morre uma criança é um momento trágico e doloroso. Na ótica do sistema de segurança social, morre alguém que nunca contribuiu, mas como é evidente uma criança nunca poderia ter contribuído, e, portanto, faz sentido que procuremos mudar esta regra, que existe há dezenas de anos no nosso sistema, tendo em conta as especificidades desta situação.

Entendemos as várias propostas que aqui surgem como uma expressão rara de um consenso alargado sobre a necessidade de encontrarmos uma solução. Portanto, saudamos as várias propostas e saudamos também as dezenas de milhares de pessoas que se mobilizaram e assinaram petições neste âmbito, mas deixamos uma palavra aos partidos que suportam o Governo, porque isto também tem de ser dito: soubemos hoje que o Governo terá ido a correr encontrar uma solução, sabendo obviamente que este debate existiria hoje no Plenário, com propostas de variadíssimos partidos — uma espécie de corrida para a fotografia.

Protestos de Deputados do PSD.

Este problema estava identificado e já podia estar resolvido,…

Protestos da Deputada do PSD Carla Barros.

O Sr. **Pedro Alves** (PSD): — Em oito anos não fez nada!

O Sr. **Miguel Cabrita** (PS): — … porque, em sede de Orçamento do Estado, vários partidos, incluindo o PS, entregaram propostas neste âmbito. O PSD rejeitou as propostas que foram feitas pelo PS.

Já neste ano, o Governo atualizou o valor da portaria do subsídio, mas não mexeu na proposta. Já podia estar também resolvido, neste momento.

O Sr. **Pedro Alves** (PSD): — Aliás, quando foi governante fez isso! Não fez?

O Sr. **Miguel Cabrita** (PS): — Esta tem sido a postura do Governo em todos os dossiês: há umas semanas, nas altas sociais; hoje, no Código do Trabalho; hoje, no subsídio por morte e de funeral. Há sempre uma enorme incapacidade para ouvir.

Também quero dizer o seguinte: a regra existe há décadas. Até recentemente, poucos partidos apresentaram propostas, mas só houve um partido nesta Câmara que diminuiu o valor do subsídio de funeral e de morte: foi o Governo do PSD e do CDS, em 2012.

Aplausos do PS.

Protestos do PSD.

Os únicos que diminuíram este montante foram mesmo os senhores.

A nossa premissa é simples: queremos que todos possam beneficiar de um subsídio de pelo menos 1 IAS, 500 €, e que no caso das crianças possamos equiparar os valores ao regime contributivo,…

O Sr. **Pedro Alves** (PSD): — Já está!

O Sr. **Miguel Cabrita** (PS): — … porque acreditamos que é justo.

Aplausos do PS.

A Sr.ª **Isaura Morais** (PSD): — Já está!

O Sr. **Pedro Alves** (PSD): — É disparate e falta de vergonha!

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Para uma intervenção pelo Grupo Parlamentar do Chega, até 55 segundos, tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Pinto.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Sr. Presidente, Sr.ªs e Srs. Deputados: Em boa hora o Chega fez este agendamento. Em boa hora, porque isto é uma obrigação moral desta Casa, que tem falhado sucessivamente.

A verdade é esta: vocês já repararam que, cada vez que vem ao Parlamento, o Primeiro-Ministro diz «ontem fizemos […] amanhã vamos fazer»? É o que o Primeiro-Ministro tem feito e foi isto que fizeram hoje mesmo: reuniram o Conselho de Ministros e dizem «já está decidido». É inclusive uma falta de respeito por esta Casa, pelos agendamentos dos partidos políticos, aquilo que foi feito hoje!

Aplausos do CH.

Aquilo que o PSD percebeu foi que todos os partidos políticos apresentaram propostas, e os senhores ficaram para trás. E, como ficaram para trás, foram a reboque, mais uma vez, do Chega.

O Sr. **Pedro Alves** (PSD): — Está cá há quanto tempo?

A Sr.ª **Carla Barros** (PSD): — Está cá há quantos anos?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Foram a reboque, para dizerem «afinal, o problema já está resolvido». Não, Srs. Deputados! Não é assim que se trabalha, não é assim que se governa!

Aplausos do CH.

O País não pode ser governado só pelo Conselho de Ministros. É por isso que existe a Assembleia da República, é por isso que existe esta Casa.

Está aqui o falhanço do PSD. Onde é que estará a moral do PSD, amanhã, quando forem votadas estas propostas?

Aplausos do CH.

Protestos do Deputado do PSD Pedro Alves.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Vamos para o encerramento deste ponto e, pelo Grupo Parlamentar do Chega, até 2 minutos, tem a palavra a Sr.ª Deputada Lina Pinheiro.

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — O Pedro Pinto não sabe que o Conselho de Ministros reúne às quintas-feiras!

Protestos do Deputado do CH Pedro Pinto e contraprotestos da Deputada do PSD Isaura Morais.

Srs. Deputados, a Sr.ª Deputada que vai fazer a intervenção já chegou entretanto ao púlpito, criem-se as condições!

A Sr.ª **Lina Pinheiro** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Há dores que não têm nome. Perder um filho, perder um jovem, alguém que dependia totalmente de nós, não é apenas dor, é um vazio absoluto, é um momento em que tudo se quebra.

Foi precisamente nesse momento, no mais cruel de todos, que o Estado português falhou.

A Sr.ª **Isaura Morais** (PSD): — Falhou?!

A Sr.ª **Lina Pinheiro** (CH): — Falhou, quando obrigou famílias destroçadas a fazer contas; falhou, quando transformou o luto numa dívida; falhou, quando respondeu com frieza burocrática a quem já tinha perdido tudo.

Hoje, curiosamente, surge uma notícia de última hora, uma notícia que tenta mostrar que, afinal, o problema está resolvido, numa tentativa do Governo de se redimir à última hora.

Apesar do que foi agora anunciado, esperamos que a AD não entre em esquemas para correr atrás do prejuízo, bem sabendo que se o Chega não tivesse trazido este tema à discussão nada teria sido feito. Esperamos, isso sim, que a AD esteja à altura, que se junte a nós e vote a favor da proposta do Chega.

A Sr.ª **Carla Barros** (PSD): — Oh, meu Deus!

A Sr.ª **Lina Pinheiro** (CH): — Dizem que basta mudar o valor para resolver o problema, mas não basta, porque esta notícia não apaga o passado,…

Aplausos do CH.

… não apaga as famílias que ficaram para trás, não apaga um sistema que, durante demasiado tempo, esteve desligado da realidade.

Continuação de aplausos do CH.

Protestos da Deputada do PSD Helga Correia.

O problema nunca foi apenas o valor…

A Sr.ª **Carla Barros** (PSD): — O problema foi mesmo o valor!

A Sr.ª **Lina Pinheiro** (CH): — … foi o princípio, foi a lógica de um Estado que, no momento mais devastador de uma família, decidiu virar costas e apresentar uma conta. É exatamente isso que o Chega vem mudar. O nosso projeto é claro, é necessário, é justo.

Protestos da Deputada do PSD Helga Correia.

Nos casos mais vulneráveis, o Estado deixa de impor valores fixos, muitas vezes ridículos e desajustados, e passa a assumir as despesas reais do funeral, sem truques, sem desigualdades, sem abandono. Isto não é um detalhe técnico, é uma questão de humanidade.

Quem votar contra este projeto está a fazer uma escolha muito clara: está a dizer a estas famílias que continuam sozinhas, está a dizer que a dor delas não merece resposta, está a aceitar que esta injustiça pode continuar.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

A Sr.ª **Lina Pinheiro** (CH): — Este não é um voto neutro, não é um voto escondido atrás de palavras bonitas, é um voto de…

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone da oradora foi automaticamente desligado.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Terminamos assim o quarto ponto da nossa ordem de trabalhos.

Vamos passar ao quinto ponto, que consiste na apreciação do Decreto-Lei n.º 132/2025, de 24 de dezembro, que cria a Agência para a Investigação e Inovação, E.P.E., com a transformação da Agência Nacional de Inovação, S.A., e a fusão da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., bem como à aprovação do respetivo regime jurídico [Apreciação Parlamentar n.º 8/XVII/1.ª (PS)].

Assim que os grupos parlamentares se repuserem, criando as condições para iniciarmos o ponto, será feita uma intervenção inicial pelo autor do agendamento, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, até 6 minutos, na pessoa do Sr. Deputado Porfírio Silva. Recordo que o resto do ponto é feito por inscrição.

Pausa.

Peço aos Srs. Deputados que criem as condições, sentando-se e não tendo conversas bilaterais.

Quando quiser, Sr. Deputado, tem a palavra.

O Sr. **Porfírio Silva** (PS): — Sr. Presidente, Srs. e Sr.as Deputadas, Srs. Ministros e demais membros do Governo: Se há bom exemplo de uma reforma estrutural com evidentes impactos positivos no progresso de Portugal e na vida dos portugueses, demonstração de que as reformas não se fazem com choques avulsos, mas sim com visão a longo prazo e persistência, esse bom exemplo é o investimento em ciência, em investigação científica, em promoção da cultura científica, em políticas públicas que reforçam o papel social da ciência. Dessa verdadeira reforma estrutural, que não consiste em cortes, resultou o reforço da qualificação dos portugueses, o reforço da qualificação de setores relevantes da economia e a maior qualificação dos territórios.

O Professor Mariano Gago, Ministro de Governos do PS, foi decisivo nessa verdadeira reforma estrutural pela ciência, nessa aposta de sociedade a que a governação do PS foi sempre dando continuidade.

Nunca nos retiramos dessa responsabilidade, mesmo quando a tarefa que nos cabe de momento é exercer a oposição. Foi esse sentido de responsabilidade que levou o Grupo Parlamentar do Partido Socialista a apresentar esta apreciação parlamentar do decreto do Governo que extingue a Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) e a incorpora numa transformada ANI (Agência Nacional de Inovação), na figura da AI[2] (Agência para a Investigação e Inovação).

No nosso continuado exercício de representação democrática, ouvimos muitos dos responsáveis por instituições de ciência e por instituições de ensino superior que cresceram e se consolidaram com o significativo aumento da intensidade em conhecimento científico no sistema. E o que nos disseram esses responsáveis quando lhes perguntámos o que seria necessário fazer com esta apreciação parlamentar? Disseram-nos: «É preciso interromper este erro, propor a cessação de vigência do decreto-lei.»

Em teoria, devíamos concordar, porque o erro é de monta. Destruir a FCT é destruir património institucional nacional. E destruir património institucional não é ser reformista, é ser perdulário.

Contudo, não foi essa a opção que fizemos nesta encruzilhada, porque há uma dimensão de responsabilidade governamental neste passo que não é viável corrigir completamente a partir do Parlamento.

Neste quadro, a opção que nos pareceu realista consiste em concentrar-nos no essencial e fazer alterações que, sendo cirúrgicas, introduzam remédios na situação de facto criada pela imprudência do Governo.

É essencial que a Agência tenha espaço para refletir a vida e a voz da comunidade científica e da comunidade da inovação, incluindo a sua indispensável interação com a comunidade empresarial, em vez de funcionar em suposto patamar consultivo, em mero circuito interno.

É essencial que a área governativa da ciência não seja diluída, não seja menorizada na tutela da Agência, porque existe um risco real de canibalização da investigação pela inovação. E não somos nós que o dizemos,

são os atores no terreno que querem evitar, na alocação dos financiamentos, os riscos de visões economicistas de curto alcance e de mero apetite por aparentes resultados imediatos.

Importa que os impactos que contam não sejam apenas os económicos, mas também os impactos sociais, culturais e ambientais, da ciência e da inovação, e essas dimensões têm de ser preservadas.

É essencial induzir uma lógica de orientação estratégica de médio e longo prazo, não dependente dos ciclos políticos imediatos e, para isso, evitar ciclos de programação que parecem longos aos agentes políticos, mas são curtos para a ciência. E importa que os órgãos próprios da Agência tenham uma intervenção qualificada nesse processo, em vez de serem meros espectadores do processo de definição estratégica localizado em outras áreas da administração.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, a decisão plasmada no Decreto-Lei n.º 132/2025, de 24 de dezembro, que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista tomou a iniciativa de trazer a apreciação parlamentar, foi um ato do Governo a que faltou o amplo debate público que o devia ter informado. A interlocução entre os palácios obrigou o Governo a renunciar à forma de sociedade anónima que queria dar à Agência, o que seria uma forma ainda mais radical de retirar da Administração Pública uma instituição dedicada ao bem público que são a ciência e tecnologia. O Governo foi, assim, obrigado a evitar um erro de magnitude maior, mas o diploma manteve erros graves de configuração da Agência para a investigação e a inovação.

O que esperamos é que a análise cruzada destas questões, espoletada por esta apreciação parlamentar, permita algum do debate público que o Governo escamoteou e possa abrir uma janela de reconsideração de alguns aspetos decisivos do que está em causa.

É tempo de ouvir, afinal, a longa série de pareceres negativos que o Governo ignorou. É essa oportunidade que o PS abre com a iniciativa desta apreciação parlamentar.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Sr. Deputado, vai ter um pedido de esclarecimento. Ainda tem uns segundos para responder.

O pedido de esclarecimento é do Grupo Parlamentar do PSD. Até 2 minutos, tem a palavra a Sr.ª Deputada Liliana Sousa.

A Sr.ª **Liliana Sousa** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Membros do Governo, Sr.as e Srs. Deputados, e ainda quem nos acompanha das galerias e através da ARTV,…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

A Sr.ª **Liliana Sousa** (PSD): — … o PSD é um partido reformista, portanto, trazemos a este debate uma convicção clara — a ciência em Portugal não pode continuar a ser gerida ao dia.

Durante anos, o sistema viveu asfixiado por burocracia e por uma divisão artificial entre quem produz ciência e quem a aplica na economia.

Este Governo veio trazer ordem. Esta reforma do MECI (Ministério da Educação, Ciência e Inovação) não é apenas uma mudança de nomes, é uma mudança de visão. É passar de um sistema onde a Fundação para a Ciência e a Tecnologia e a Agência Nacional de Inovação, que trabalhavam de costas voltadas, contam agora com uma governação única e eficiente.

Os resultados estão à vista: injetámos 187 milhões de euros para pagar dívidas que o PS deixou na gaveta — arrumámos as contas, Sr.as e Srs. Deputados.

Vozes do PSD: — Bem lembrado!

A Sr.ª **Liliana Sousa** (PSD): — Em 2024, executámos mais 42 % de verbas do que o Governo anterior — investimos, Sr.as e Srs. Deputados.

Criámos os contratos de cinco anos para que os investigadores possam olhar para o futuro sem o coração nas mãos — demos estabilidade, Sr.as e Srs. Deputados.

Para esclarecer o País e confrontar as opções do passado, pergunto à bancada socialista: perante uma reforma que traz cinco anos de horizonte e previsibilidade, o PS vai continuar a defender o seu modelo de remendos anuais e de incerteza?

A Sr.ª **Ana Isabel Ferreira** (PSD): — Muito bem!

A Sr.ª **Liliana Sousa** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, a ciência em Portugal saiu da unidade de cuidados intensivos. Estamos a trocar o labirinto socialista por uma estrutura com pés e cabeça.

O PSD escolhe a eficácia, o PS que explique porque prefere a desorganização.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Para responder, numa modalidade de 15 mais 15 segundos, tem a palavra o Sr. Deputado Porfírio Silva.

O Sr. **Porfírio Silva** (PS): — Sr. Presidente, Sr.ª Deputada Liliana Sousa, obrigado pela sua pergunta.

Nós não estamos aqui para discutir todo o passado da ciência em Portugal.

Risos do PSD.

Se estivéssemos, estaríamos particularmente à vontade, porque, se alguém fez muito por transformar a ciência num vetor fundamental de desenvolvimento do País, foi o PS. Sobre isso, não nos dão lições!

Aplausos do PS.

A única questão concreta que a Sr.ª Deputada colocou sobre aquilo que estamos…

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.

Aplausos do PS.

O orador prosseguiu com a resposta.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Já terminou o tempo, Sr. Deputado. Eram 15 mais 15 segundos…

O Sr. **Porfírio Silva** (PS): — Sim, mas com tanta gente a fazer barulho!…

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — O tempo é o que é. Temos de continuar com as intervenções.

Pela ordem de inscrição, a próxima intervenção é do Grupo Parlamentar da Iniciativa Liberal. Até 3 minutos, tem a palavra a Sr.ª Deputada Angélique Da Teresa.

A Sr.ª **Angélique Da Teresa** (IL): — Sr. Presidente, Srs. Ministros, Srs. Secretários de Estado, Sr.as e Srs. Deputados: A reforma do Estado, ao contrário daquilo que muitos pensam, não é só a digitalização de serviços. Também implica fusões e, eventualmente, extinções de institutos que se sobrepõem.

A FCT, que deveria ser o motor de investigação, foi usada como ferramenta política.

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — Muito bem!

A Sr.ª **Angélique Da Teresa** (IL): — As cativações faziam parte do dia a dia e, portanto, se olharmos para as dívidas que superavam os 98 milhões de euros — com volumes exorbitantes em instituições como a Universidade do Porto, a Universidade de Aveiro, a Universidade de Coimbra, a Universidade Nova de Lisboa ou a Universidade do Minho —, enfim, deixar a FCT como estava era assumir que não nos importamos de ter

laboratórios que não têm o que precisam para trabalhar, investigadores em situações precárias, apesar de terem concursos ganhos, mas sem garantia de terem as verbas necessárias, para além de nem sequer haver datas nem calendarizações para que esses pagamentos sequer acontecessem.

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — Muito bem!

A Sr.ª **Angélique Da Teresa** (IL): — Portanto, perante isto, deixar tudo como estava é fingir que a ciência existe em Portugal. E a IL não é contra esta fusão, até porque nós combatemos as redundâncias que existem entre diversas entidades públicas, mas não queremos que seja uma mera fusão administrativa.

É preciso devolver a confiança à comunidade científica, que não existia na FCT. Comprovam-no os vários alertas das universidades e de diversas associações, inclusive dos anteriores responsáveis pela FCT.

Portanto, ao contrário de alguns que veem nesta alteração uma ameaça,…

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — Ameaça para o PS!

A Sr.ª **Angélique Da Teresa** (IL): — … a Iniciativa Liberal encara-a como uma oportunidade para termos uma ciência que não faça a gestão de cativações — porque isso é que não pode acontecer! —, mas que tenha, sim, planos com metas orçamentais vinculativas para que as taxas de execução sejam bem-sucedidas.

Queremos uma ciência que não dependa das flutuações do poder político…

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — Ameaça para o PS!

A Sr.ª **Angélique Da Teresa** (IL): — … e que tenha uma governação independente e profissionalizada, porque talento já temos.

Aplausos da IL.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — A próxima intervenção é do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português. Até 3 minutos, tem a palavra o Sr. Deputado Alfredo Maia.

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Os principais problemas de que padece o Sistema Científico e Tecnológico Nacional são de há muito e têm vindo a agravar-se.

Têm dimensão estrutural e prendem-se com a inexistência de uma verdadeira política científica, com a escassez de financiamento e com a generalizada precariedade laboral.

Estes problemas repercutem-se negativamente na sociedade, na economia, designadamente no seu perfil de especialização, na capacidade de inovação.

Para o problema do PCP…

O Sr. **Rui Cardoso** (CH): — Fugiu-lhe a boca para a verdade!

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Para o PCP, a reforma da ciência e da inovação anunciada pelo Governo não resolverá nenhum desses problemas. Pelo contrário, tenderá a agravá-los.

O decreto-lei em causa contém opções que não se sustentam em nenhum estudo prévio conhecido, nem em comparações internacionais que apontariam, aliás, em sentido contrário.

Não se sustentam tão-pouco na consulta e na participação da comunidade científica nacional, que maioritariamente é contrária ao caminho preconizado.

Não reconhecem que a ciência e a inovação, embora associadas, obedecem a lógicas diferentes — prazos, financiamento, avaliação, etc. —, o que deve ser refletido no respetivo enquadramento institucional.

Subordinam a ciência a uma lógica de mercado, desvalorizam a importância da investigação fundamental, do papel da investigação na formação avançada e ameaçam o seu financiamento.

Não asseguram o equilíbrio adequado entre as diferentes áreas do conhecimento.

Promovem a instabilidade institucional.

Acentuam dificuldades decorrentes da inexistência de um financiamento estável que possibilite ciclos plurianuais libertos da excessiva dependência dos financiamentos competitivos.

Não resolvem e agravam mesmo o problema da precariedade laboral e a desvalorização das carreiras.

Arriscam subordinar opções de política científica aos interesses do poder económico e a encaminhar mais recursos públicos para satisfazer interesses privados.

E desvalorizam a importância da promoção da cultura científica na sociedade.

A publicação deste decreto-lei espoletou uma acesa, ampla e útil participação da comunidade científica, que deve ser tida em conta na definição do caminho a seguir.

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — Está completamente minado!

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Coisa bem diferente são as encenações *a posteriori* visando pretensamente legitimar decisões previamente tomadas.

Estas são as razões fundamentais pelas quais defendemos a cessação imediata da vigência deste diploma.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — A próxima intervenção é do Grupo Parlamentar do Livre e tem a palavra a Sr.ª Deputada Patrícia Gonçalves, que dispõe de até 3 minutos para o efeito.

A Sr.ª **Patrícia Gonçalves** (L): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, Sr.ª Secretária de Estado, Srs. Membros do Governo, Sr.as e Srs. Deputados: A política científica é um pilar essencial do desenvolvimento do País e, por isso, exige estabilidade, previsibilidade e autonomia.

O decreto-lei que cria a AI² introduz uma alteração estrutural relevante no sistema científico nacional ao concentrar numa única entidade funções distintas, que é o financiamento da investigação científica e a promoção da inovação para apoiar a competitividade económica. A intenção é clara: reforçar a articulação ao longo da cadeia de valor de conhecimento.

Mas essa opção levanta questões, desde logo porque esta reforma não foi precedida de uma avaliação independente do modelo existente, nem de uma análise de impacto que sustentasse de forma robusta a necessidade da solução proposta: a transformação da ANI na AI² e a sua fusão com a FCT.

Por outro lado, está finalmente agora em curso uma avaliação estratégica para definir prioridades e orientar decisões da própria AI². Essa avaliação é bastante necessária e a definição dos domínios estratégicos nacionais que está a ser feita é muito importante, mas deveria ter antecedido a decisão política. Deveria essa avaliação fundamentar o modelo institucional e não adaptá-lo a *posteriori*.

Além disso, a orientação desta avaliação corresponde a objetivos típicos da política de inovação, como a definição de prioridades e a alocação de recursos ao longo da cadeia de valor. Mas não substitui, nem pode substituir, a necessidade do espaço institucional autónomo para o financiamento da investigação fundamental. É este o ponto central.

A Fundação para a Ciência e a Tecnologia precisava de ser revista, reestruturada, reforçada. Há muitos problemas que todos conhecemos e que devem ser enfrentados. Só que nada indicava que a resposta fosse a sua integração numa agência dedicada à inovação.

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Muito bem!

A Sr.ª **Patrícia Gonçalves** (L): — Por alguma razão, a maior parte dos países europeus separa institucionalmente as funções de financiamento da ciência e as de promoção da inovação, assegurando que haja uma articulação de facto, mas sem fusão. O caso britânico é, nesse sentido, uma exceção e a experiência do *UK Research and Innovation* está, neste momento, a mostrar que, quando o financiamento é agregado, a pressão para resultados de curto prazo tende a prevalecer e a ciência fundamental pode tornar-se mais vulnerável. Não é por decisão explícita, não é por nenhuma maldade, mas pelo próprio desenho do sistema.

É este risco estrutural que importa prevenir. Concentrar funções de naturezas distintas na mesma entidade pode levar à diluição do espaço próprio da investigação fundamental, baseada na excelência, na curiosidade, na avaliação por pares e na liberdade científica.

Sr.as e Srs. Deputados, estando em curso a definição dos domínios estratégicos da AI2, ainda que de forma tardia, e sendo importante reforçar a ligação entre a ciência, a inovação e a economia, o Livre não propõe a revogação deste decreto-lei, mas propõe corrigir o ponto essencial: retirar a fusão da Fundação para a Ciência e a Tecnologia na AI2. Reformar não é apenas integrar; é também saber distinguir funções, proteger equilíbrios e garantir que o sistema serve o conhecimento e o interesse público.

Aplausos do L.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — A próxima intervenção é do Governo e tem a palavra o Sr. Ministro da Educação, Ciência e Inovação, que dispõe de até 6 minutos para efeito.

O Sr. **Ministro da Educação, Ciência e Inovação** (Fernando Alexandre): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Portugal e a Europa precisam de mais e melhor ciência, com mais impacto social e económico. As melhorias sociais e económicas alcançadas nas últimas décadas são indissociáveis dos progressos registados nos nossos sistemas educativo, científico e de inovação.

Mas Portugal e a União Europeia enfrentam hoje novos desafios, cada vez mais exigentes, que só poderão ser vencidos com mais investimento em ciência e inovação. É isso que temos vindo a fazer desde a primeira hora.

Em 2024 e 2025, a FCT teve execuções orçamentais recorde de 833 e 715 milhões de euros, as duas mais elevadas de sempre.

Aplausos do PS.

Para 2026, reforçámos o orçamento em 8 %, mais 40 milhões de euros de receitas em impostos. Queremos continuar a reforçar o investimento público e privado em investigação e desenvolvimento, para alcançarmos o objetivo de 3 % do PIB até ao final da década. Definimos como prioridade a estabilidade e a previsibilidade orçamental.

A Agência para a Investigação e Inovação, a AI², terá um orçamento plurianual. O orçamento plurianual não traz apenas estabilidade e previsibilidade à comunidade científica e de inovação, traz também a necessidade de um planeamento estratégico de médio e longo prazo.

Depois de um processo de preparação ao longo de vários meses, que beneficiou de contributos de 27 entidades, no dia 24 de fevereiro foi apresentada a metodologia para a definição das prioridades de investigação e inovação numa grande conferência a que assistiram mais de 1000 pessoas em todo o País. Essas prioridades serão plasmadas no contrato-programa que será assinado no final de 2026 para vigorar no período 2027-2031.

O processo de auscultação e discussão está em curso. Já foram ouvidas e enviaram contributos 80 entidades. Envolvemos 16 moderadores e 56 especialistas em mesas temáticas. Estão agendados 10 *workshops* descentralizados em diversas cidades do País, de norte a sul, incluindo as regiões autónomas, envolvendo toda a comunidade científica e tecnológica, além de dezenas de iniciativas organizadas por diversas entidades em Portugal e no estrangeiro. A criação da AI² é o resultado de um processo participativo aberto a toda a comunidade científica e de inovação.

Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, de facto, a criação da AI² redefine a forma como a nova agência se relaciona com o Governo e com a comunidade de investigadores e inovadores. Do processo de avaliação estratégica resultará o contrato-programa a assinar entre o Governo e o Conselho de Administração da AI². O Conselho de Administração terá autonomia para executar o contrato-programa e prestará contas pela sua execução. A AI² estará, assim, protegida de decisões discricionárias e sem o devido escrutínio público dos decisores políticos.

Não sei se é isso que incomoda o Partido Socialista.

O Sr. **Porfírio Silva** (PS): — Ah! É sempre a mesma coisa!

O Sr. **Ministro da Educação, Ciência e Inovação**: — Esta reforma responde também aos apelos e críticas da comunidade científica que há muitos anos se fazem ouvir. Pretende-se que a nova Agência melhore significativamente o serviço prestado à comunidade científica e de inovação.

Na área da ciência, Portugal posiciona-se, em vários indicadores, alinhado ou mesmo acima da média da União Europeia. No entanto, na dimensão da inovação, estamos numa posição menos favorável e sem melhorias significativas nos últimos anos. E, numa dimensão ainda mais relevante para a vida das pessoas, o nível de produtividade que mede a capacidade de gerar valor e, assim, de aumentar os salários dos portugueses, estamos ainda muito longe da média da União Europeia.

Precisamos de um novo contexto institucional que favoreça maior ligação entre universidades, politécnicos, centros de investigação e todo o ecossistema de inovação. Esse é um dos principais objetivos da AI²: promover um processo contínuo, da geração de conhecimento científico à inovação social e económica.

Os relatórios Draghi, Letta e Heitor concluem que a eficácia das políticas europeias e das políticas nacionais de investigação e de inovação implicam o alinhamento cada vez mais próximo desses dois níveis. Temos também, por essa razão, de reformar o nosso sistema científico e tecnológico. Portugal tem de acompanhar as mudanças do mundo.

A Sr.ª **Ana Isabel Ferreira** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Ministro da Educação, Ciência e Inovação**: — Na mesma linha, no dia 23 de março, na cerimónia de aniversário da Universidade do Porto, o Presidente do Conselho Europeu, ex-Primeiro-Ministro de Portugal e ex-Secretário-Geral do PS, António Costa, lembrou, e passo a citar: «A perspetiva de duplicação dos fundos destinados à investigação, desenvolvimento e inovação no ciclo de programação 2028-2034 é uma grande oportunidade para, em parceria com o tecido empresarial, Portugal aumentar o investimento em Investigação & Desenvolvimento em percentagem do PIB.»

O Sr. **Porfírio Silva** (PS): — E então? O que é que tem a ver com isto?

O Sr. **Ministro da Educação, Ciência e Inovação**: — É verdade que, nos oito anos e meio de liderança do Primeiro-Ministro António Costa, pouco ou nada se fez para adaptar o nosso sistema de ensino superior e o nosso sistema científico e tecnológico aos novos desafios que Portugal e a União Europeia enfrentam. Dois anos passados, o Partido Socialista continua a ser um partido sem vontade e sem imaginação para mudar.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Porfírio Silva** (PS): — É só blá-blá-blá!

O Sr. **Ministro da Educação, Ciência e Inovação**: — O PS é cada vez mais um partido nostálgico, nostalgia de um passado que, felizmente, a maioria dos portugueses não quer de volta.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Porfírio Silva** (PS): — É só blá-blá-blá!

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — O Sr. Ministro tem três pedidos de esclarecimento e tem 5 segundos para responder. A resposta será em conjunto e, entretanto, o Sr. Ministro certamente tentará ter mais tempo.

O primeiro pedido de esclarecimento é do Grupo Parlamentar do Chega. Até 2 minutos, tem a palavra a Sr.ª Deputada Maria José Aguiar.

A Sr.ª **Maria José Aguiar** (CH): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, a apreciação que hoje o PS nos traz tem um certo encanto literário, quase ficcional, diria, resolvendo revisitar o passado com uma notável criatividade. Querem reescrever a história da Fundação para a Ciência e a Tecnologia e da Agência Nacional de Inovação como se tivesse sido, afinal, um caso exemplar de governação.

Falamos da mesma FCT e da ANI que hoje o PS trata como intocáveis, mas que, durante anos de governação, se tornaram sinónimo de atrasos crónicos nas bolsas, de falha estrutural nas carreiras científicas e de uma instabilidade institucional que deixou investigadores à deriva e projetos suspensos onde a única certeza era a incerteza.

O Sr. **Porfírio Silva** (PS): — E o avanço da ciência? Foi o menino Jesus que fez o avanço da ciência, querem ver!

A Sr.ª **Maria José Aguiar** (CH): — Mas o mais impressionante é que aquilo que nunca mereceu uma reforma séria por parte do PS são agora instituições a preservar quase em estado puro. De repente, passaram de problemas estruturais a património intocável. Talvez, Sr. Ministro, e sou eu a pensar, o problema não seja o estado a que a FCT e a ANI chegaram, mas sim o facto de já não estarem sob a tutela socialista.

Aplausos do CH.

Passo a perguntar-lhe, Sr. Ministro: que razões objetivas levaram o Governo a extinguir e a fundir a FCT e a ANI e a avançar para a criação da Agência para a Investigação e Inovação? Que diagnóstico foi feito sobre as falhas do modelo anterior? O que é que funcionava mal? Que redundâncias existiam? Qual é, afinal, este labirinto burocrático, operativo e organizativo? Que problemas do fundo de emergência estão aqui em causa? Até do ponto de vista dos financiamentos, existiam eventualmente favorecimentos de natureza política? Havia queixas, discrepâncias, privilégios de algumas instituições sobre outras?

Peço-lhe que explique, mais do que a mim, ao Parlamento e principalmente aos investigadores e ao País, se esta reforma, esta nova AI², representa uma rutura efetiva com o histórico de instabilidade do sistema científico ou se corremos o risco de apenas mudar o nome, mantendo os problemas que o PS deixou por resolver.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — O próximo pedido de esclarecimento é da Sr.ª Deputada Inês de Sousa Real, que tem 1 minuto para o efeito.

A Sr.ª **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente, cumprimento também os membros do Governo aqui presentes.

Sr. Ministro, em relação a esta fusão, permita-me que lhe diga que há um aspeto em que o Governo tem sido coerente, que é em algum desastre na transversalidade das opções políticas que tem feito para a investigação.

Vozes do PSD: — Oh!

A Sr.ª **Inês de Sousa Real** (PAN): — O diagnóstico que tem sido feito ao longo dos anos é bastante claro e passa por um desinvestimento que tem existido por parte dos sucessivos Governos. Aliás, a falta de investimento tem atrasado o progresso científico em Portugal e a demora dos concursos de investigação e desenvolvimento na atribuição das bolsas também tem tirado previsibilidade e perspetivas a quem trabalha na ciência no nosso País, até à precarização dos vínculos que existem.

Ao invés de o Governo optar por atacar estes problemas, por enfrentá-los de frente e procurar soluções, vem agora com uma fusão que basicamente não tem o acompanhamento de muito mais nesta dimensão e que fica aquém das exigências deste setor.

Por isso, tendo em conta os problemas que existem em matéria de investigação, pergunto-lhe o porquê desta opção política e — até pegando nas suas palavras — de que forma pretendem melhorar significativamente a vida dos investigadores, se depois não dizem como é que se materializa essa mesma melhoria; muito pelo contrário, ficamos aqui num discurso de intenções bastante redondo.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — O próximo pedido de esclarecimento é do Sr. Deputado Fabian Figueiredo, que tem também 1 minuto para o efeito.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Sr. Ministro, juntar a agência da investigação com a agência da inovação comporta, antes de mais, sérios riscos de subalternização da liberdade científica e desvalorização da ciência fundamental. Não se deve, de forma alguma, confundir as duas missões. O Governo deve ter, como é evidente, uma estratégia para a inovação e, consequentemente, verter essa estratégia nos contratos-programa com a agência, mas o Governo quer fazer o mesmo com a investigação e desenvolvimento, decidindo quanto vai para cada área científica, impondo de cima para baixo as condições de desenvolvimento da ciência. Este caminho é profundamente errado.

A liberdade da comunidade científica deve ser apoiada e incentivada e não ser coartada como o Governo quer fazer. A AI², como está, é centralista e governamentalizada. É preciso corrigir isso e é isso que o Parlamento deve fazer. É isso que propomos: dar mais papel à comunidade científica na agência e na escolha dos caminhos do financiamento da investigação.

O Governo precisa de confiar mais na ciência e dar condições a quem nela trabalha.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Beneficiando de 1 minuto cedido pelo Grupo Parlamentar do PSD, o Governo tem tempo para responder, pelo que tem a palavra, para responder, o Sr. Ministro.

O Sr. **Ministro da Educação, Ciência e Inovação**: — Sr. Presidente, Srs. Deputados, gostava de começar por lembrar que está em votação, na especialidade, a revisão do regime jurídico das instituições de ensino superior, que tem como marca o reforço da autonomia das instituições de ensino superior.

Protestos do Deputado do PS Porfírio Silva.

Essa marca é o reforço da autonomia.

O Sr. **Porfírio Silva** (PS): — Não é disso que estamos aqui a falar!

O Sr. **Ministro da Educação, Ciência e Inovação**: — Da mesma maneira, quando reforçamos a independência da nova agência, o que estamos a fazer é reforçar a liberdade para fazer investigação.

O Sr. **Porfírio Silva** (PS): — Isso não é verdade!

O Sr. **Ministro da Educação, Ciência e Inovação**: — A vantagem de termos apenas uma agência para a investigação e a inovação — respondendo à Sr.ª Deputada Maria José Aguiar — é que, de facto, temos duas agências que não comunicam. Ora, para conseguirmos levar cada vez mais o conhecimento que fica nos laboratórios e nas universidades para a sociedade e para as empresas, temos de ter uma comunicação muito mais próxima. Não faz sentido que alguém que está a fazer investigação, quando chega a uma fase em que pode criar um produto ou um serviço, tenha de ir bater a outra porta.

A partir de agora, quando está a fazer investigação ou quando tem inovação de base tecnológica, de base científica, um investigador sabe onde é que vai. Vai à AI², onde tem todos os instrumentos — desde a investigação fundamental, à investigação aplicada até à inovação — que lhe vão permitir encontrar os apoios para concretizar os seus objetivos.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Filipe Sousa, do JPP, que dispõe de 1 minuto.

O Sr. **Filipe Sousa** (JPP): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Sr.as e Srs. Governantes: Sem ouvir verdadeiramente a comunidade científica e sem respeito pelas instituições, o Governo decidiu fundir a Fundação para Ciência e a Tecnologia com a Agência Nacional de Inovação, criando uma mega-agência que ninguém pediu e que ninguém consegue explicar. Ignoraram pareceres técnicos, ignoraram o Conselho Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, ignoraram universidades, investigadores e também o bom senso.

O que aqui temos não é uma reforma. É, na minha modesta opinião, uma imposição. Para quê? Para centralizar, controlar, para complicar.

Em vez de fortalecer a ciência, vão seguramente enfraquecê-la. Em vez de apoiar a inovação, vão criar incerteza. Em vez de ouvir quem sabe, decidiram sozinhos. Isto não é política científica, é engenharia administrativa, sem visão.

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Muito bem!

O Sr. **Filipe Sousa** (JPP): — A ciência em Portugal não precisa de experiências mal pensadas. Precisa de estabilidade, confiança e respeito.

É exatamente isso que este diploma, que está agora em apreciação, não garante.

Vozes do Livre: — Muito bem!

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — A próxima intervenção é do Grupo Parlamentar do CDS-PP. Tem a palavra o Sr. Deputado João Almeida, que dispõe de 3 minutos.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Srs. Ministros, Srs. Secretários de Estado, Sr.as e Srs. Deputados: Esta apreciação parlamentar, trazida pelo Partido Socialista, podia ter um mérito, se discutisse a questão de fundo e a questão essencial. Acontece que, como já disse o Sr. Ministro, o Partido Socialista continua preso a um imobilismo.

O Sr. **Porfírio Silva** (PS): — Já leu a nossa proposta?

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Portanto, para o PS, como foi dito, temos resultados diferentes na investigação científica e temos resultados diferentes na inovação. Temos experiências diferentes daquilo que se passa nas universidades e nos laboratórios, e muito diferente daquilo que depois passa para as empresas e se consegue desenvolver e ao qual se consegue dar uma sequência.

Mas isso está tudo subalternizado a uma discussão sobre o modelo, sobre a arquitetura, sobre a instituição, sobre…

O Sr. **Porfírio Silva** (PS): — Não é nada!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — É verdade! Ó Sr. Deputado, não encolha aos ombros, é verdade!

O Sr. **Porfírio Silva** (PS): — Não é nada! Isso é falar de cor!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sabe porque é que é assim? Os senhores começaram o guião das críticas a esta reforma a dizer que era subalternizar a ciência, a inovação, que era tudo virado para as empresas — posso ir buscar as primeiras notas.

Depois, era porque ninguém tinha sido ouvido. O Sr. Deputado estava a dizer e eu ouvi o comentário lateral. De facto, não costumo acompanhar estas matérias. Já acompanhei há mais anos, mas não acompanho agora.

O Sr. **Porfírio Silva** (PS): — Um bocadinho desatualizado!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Portanto, fui prudente. Olhe, fui prudente e fui-me preparar. Fui preparar-me e fui ver. Pensei: «Então, dizem que ninguém foi ouvido nisto. Será que o Governo fez isto assim de repente e ninguém foi ouvido?» Ora, basta ler a exposição de motivos da própria proposta de lei e ver quantas entidades foram ouvidas. Mas disse: «Pronto, as entidades foram ouvidas, pode ter-se pedido um parecer, que pode não ter sido suficiente. Será que se fez debate a partir daí?»

O Sr. **Porfírio Silva** (PS): — Foram várias instituições!

Protestos do Deputado do PCP Alfredo Maia.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Basta consultar o documento relativo a esta reforma para perceber que a audição não foi só anterior!

O orador exibiu o documento que mencionou.

E que se continua este debate exatamente para que se adapte o modelo e a fusão aos objetivos e se envolva todos aqueles que vão participar no processo.

Protestos do Deputado do PS Porfírio Silva.

Mas depois há outra crítica, que diz: «Isto está desalinhado. Nós fizemos aqui uma coisa que mais ninguém faz». E vamos olhar para os outros países.

O Sr. **Porfírio Silva** (PS): — Por exemplo?

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Olhamos para outros países na União Europeia, olhamos para outros países com quem acho que nos devamos comparar e vemos que é exatamente por aqui que estamos a ir.

O Sr. **Porfírio Silva** (PS): — Não é verdade! Não invente!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — E depois podia dizer-se outra coisa. Dizer assim: «Não, mas nós ouvimos. Estamos a fazer o que outros países fizeram, mas secaram a fonte, porque não estão a dar dinheiro e por isso não vai resultar — isto normalmente é um argumento socialista. No fim do dia, é tudo a propósito de dinheiro. Mas vai-se a ver…

O Sr. **Porfírio Silva** (PS): — Se fosse júri, estava chumbado!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Ó Sr. Deputado, se fosse presidido por si, não tenho a menor dúvida.

Risos do PSD e da IL.

Mas não seria por incompetência minha. Não seria por incompetência minha.

Risos do PSD.

Ou seja, Sr. Deputado, tem, em execução financeira, em apoio, o que os senhores nunca deram. Portanto, poderemos avaliar daqui a algum tempo.

Mas temos uma reorganização que tem como…

Protestos do Deputado do PS Porfírio Silva.

Privilegia, sim, Sr. Deputado.

Mas o senhor não tem vergonha dos resultados que nós apresentamos em inovação?

O Sr. **Porfírio Silva** (PS): — Não!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Ai, não?! Pronto, então está tudo dito.

Olhe, Sr. Presidente, entrego o mérito da minha intervenção a esta frase do Sr. Deputado, que diz que não tem vergonha dos resultados que nós temos em inovação. Isso diz tudo sobre o que foi o socialismo e o que

nos atrasou em competitividade, a nível internacional, e porque é que os portugueses têm salários tão baixos quanto têm.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Bela tareia!

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — A próxima intervenção é do Grupo Parlamentar do Chega, que tem até 2 minutos e 53 segundos. Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Cardoso.

O Sr. **Rui Cardoso** (CH): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, Srs. Deputados: O agendamento deste debate por parte do Partido Socialista é um tanto ou quanto caricato. O PS pretende converter contra o Governo atual aquilo que foi, em larga medida, consequência da sua própria governação. Portanto, esta exposição de motivos de apreciação parlamentar é pródiga em contradições.

Vamos analisar então as contradições.

O PS pretende construir a ideia de que fez tudo bem. Invocou, ainda por cima, o professor Mariano Gago e as coisas que fez.

O Sr. **Porfírio Silva** (PS): — Isso sim! Isso fizemos!

O Sr. **Rui Cardoso** (CH): — Vamos então perceber, a FCT funciona bem ou funciona mal? O que é que dizem os investigadores? Passo a citar: «Investigadores e bolseiros protestam em Aveiro contra a precariedade». Isto no tempo do Governo Socialista.

Vozes do Chega: — Ora bem!

O Sr. **Rui Cardoso** (CH): — «Trabalhadores do ensino superior pedem respostas sérias ao Governo».

O orador exibiu as notícias que mencionou.

Não havia seriedade. «O próprio António Costa reconhece insuficiências na regularização de precários nas carreiras de investigação».

O Sr. **Porfírio Silva** (PS): — E então?!

O Sr. **Rui Cardoso** (CH): — Portanto, está aqui tudo dito. É a herança e o legado socialista em matéria de ensino superior.

Aplausos do Chega.

Depois dizem também que não houve consulta pública, que não andaram no terreno.

O Sr. **Porfírio Silva** (PS): — Para historiador está muito fraco!

O Sr. **Rui Cardoso** (CH): — O Partido Socialista andou em consulta pública e no terreno, mas andou a consultar as entidades erradas, porque ainda há umas semanas o Secretário-Geral do Partido Socialista foi à Venezuela, à Universidade de Caracas, e disse que o que havia lá era um bom exemplo!

O Sr. **Porfírio Silva** (PS): — E depois?!

O Sr. **Rui Cardoso** (CH): — Ditaduras socialistas nunca serão um bom exemplo, porque não há liberdade para se ensinar e para se aprender de verdade.

O Sr. **Porfírio Silva** (PS): — Este historiador está muito fraco!

O Sr. **Rui Cardoso** (CH): — Sr. Presidente e Srs. Deputados, o Partido Socialista é o partido mais imobilista de Portugal.

O Sr. **Porfírio Silva** (PS): — Seriedade!

O Sr. **Rui Cardoso** (CH): — Sempre que se tenta fazer uma reforma na Administração Pública, sempre que se tenta fazer alguma coisa, o PS acha que é dono do Estado e tenta que não se faça nada.

Pois o tempo de correrrmos convosco é este! E é isso que vamos fazer! Não mandam nada!

Aplausos do Chega.

O Sr. **Rui Cardoso** (CH): — O que o Partido Socialista hoje aqui traz, não é uma preocupação de natureza epistemológica ou científica quanto a isto.

Vozes do Chega: — Ora bem!

O Sr. **Rui Cardoso** (CH): — O grande problema do Partido Socialista com a extinção de organismos públicos tem que ver com o domínio que tiveram durante décadas sobre o aparelho do Estado. O grande medo do PS é de perder influência, lugares e poderes junto das instituições que decidiam, nomeadamente, os projetos de investigação que eram ou não financiados.

Portanto, quando víamos aqueles projetos do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra e outros do ISCTE (Instituto Universitário de Lisboa), que eram universidades altamente politizadas, nós percebemos. A mama vai acabar! Cá estaremos para fazer esse escrutínio.

Aplausos do Chega.

O Sr. **Rui Cardoso** (CH): — Tem de haver inovação e investigação voltadas para a transparência, para a economia e para o futuro.

É por isso que vamos lutar.

O Sr. **Porfírio Silva** (PS): — É só teatro!

O Sr. **Rui Cardoso** (CH): — Para concluir, Sr. Ministro, queria dizer que cá estaremos para fazer um escrutínio transparente, claro e objetivo sobre a atuação da agência, garantindo que serve os interesses de Portugal, da inovação do sistema científico e tecnológico e da economia, voltada para criar oportunidades para os jovens, de emprego e de futuro para Portugal.

Aplausos do Chega.

O Sr. **Porfírio Silva** (PS): — É só teatro!

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — A próxima intervenção é do Grupo Parlamentar do PSD. Tem a palavra a Sr.ª Deputada Ana Gabriela Cabilhas, que dispõe de 3 minutos e 2 segundos.

Burburinho na Sala.

Srs. Deputados, têm até ao momento de a Sr.ª Deputada chegar à tribuna para poderem fazer apartes.

Pausa.

Burburinho na Sala.

Tem a palavra, Sr.ª Deputada.

A Sr.ª **Ana Gabriela Cabilhas** (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Ministros e Srs. Membros do Governo, Sr.as e Srs. Deputados: No Congresso do Partido Socialista ouvimos o seu Secretário-Geral afirmar que o PS é, e passo a citar: «Talvez o mais reformista partido em Portugal». «Talvez», disse o Sr. Deputado José Luís Carneiro. Devo dizer que a palavra escolhida é tão reveladora. «Talvez» é sinónimo de hesitação, é falta de convicção. «Talvez» é a dúvida de quem olha para trás e não consegue encontrar reformas estruturais para mostrar ao País.

O Sr. **Porfírio Silva** (PS): — Se calhar é falta de dogmatismo!

A Sr.ª **Ana Gabriela Cabilhas** (PSD): — Depois de mais de oito anos no Governo, depois de conhecer todos os problemas, o Partido Socialista limitou-se ao conforto dos serviços mínimos e andou às voltas, sem nunca sair do mesmo sítio.

Agora, que está na oposição, usa os expedientes parlamentares para impedir o espírito reformista deste Governo.

Hoje, uma vez mais, cai a máscara ao Partido Socialista.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem!

O Sr. **Porfírio Silva** (PS): — Máscara?! Aqui não há teatro! Arrogância!

A Sr.ª **Ana Gabriela Cabilhas** (PSD): — Porque isto já não é só sobre a política de educação e de ciência. É sobre algo mais profundo. É sobre a dificuldade que o Partido Socialista tem em aceitar que perdeu eleições. Isto é, sobre a dificuldade que o Partido Socialista tem em aceitar que há um Governo liderado por Luís Montenegro que veio para transformar Portugal.

Aplausos do PSD.

Sr.as e Srs. Deputados, neste debate, o Partido Socialista alega falta de estudos, mas ignora tudo o que foi identificado ao longo dos últimos anos: a fragmentação institucional, a duplicação de competências entre a FCT e a ANI, a desarticulação entre programas e a burocracia que limita a ciência e inovação. O PS conhece todos estes problemas, mas especializou-se a conviver com eles.

Depois falam de falta de auscultação. Para o Partido Socialista, já percebemos que a consulta pública tem de ser sinónimo do poder de veto.

Mas o alarmismo do PS atinge o seu auge com os perigos para a ciência fundamental, como se a esquerda tivesse o monopólio da proteção da ciência.

Depois, o último refúgio: o argumento de que não há paralelo noutros países. Mas há — na Noruega, na Irlanda, no Reino Unido —, e esta reforma está alinhada com os relatórios Letta, Draghi e Heitor. E mesmo que não houvesse este paralelismo, quero dizer ao Partido Socialista que ambicionamos que Portugal possa estar na linha da frente, que Portugal possa liderar, que Portugal possa chegar primeiro.

Por isso, Sr.as e Srs. Deputados, esta reforma faz aquilo que o PS nunca teve coragem para fazer.

O Sr. **Porfírio Silva** (PS): — Não foi com a vossa ajuda!

A Sr.ª **Ana Gabriela Cabilhas** (PSD): — É aqui que está o ponto essencial. É que o Partido Socialista intitula-se reformista, mas é um conservador do sistema.

Hoje, neste debate, a diferença está à vista de todos. De um lado, o Governo da AD, a querer reformar. Do outro lado, o Partido Socialista, uma vez mais, a querer bloquear e a paralisar o País.

Srs. Deputados, se querem honrar o legado e a memória de Mariano Gago, juntem-se a quem quer reformar o sistema científico e tecnológico.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Vamos passar à fase de encerramento.

Haverá duas intervenções, cada uma de 2 minutos. A primeira será do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, pelo que tem a palavra a Sr.ª Deputada Aida Carvalho.

A Sr.ª **Aida Carvalho** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, Srs. Membros do Governo, Sr.ªs e Srs. Deputados: Chegados ao fim deste debate, a conclusão é clara, o Governo optou por avançar com uma transformação profunda do sistema científico, sem a evidência, sem o consenso e sem a prudência que uma decisão desta natureza exigia.

O Sr. **Porfírio Silva** (PS): — Exatamente!

A Sr.ª **Aida Carvalho** (PS): — O que está em causa não é uma mera reorganização administrativa, mas uma nova arquitetura do nosso sistema de investigação, inovação e financiamento da ciência.

Neste plano, ficaram por responder questões essenciais. Não foi demonstrada a necessidade da fusão.

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — Como não foi?!

A Sr.ª **Aida Carvalho** (PS): — Não foi assegurada a participação efetiva da comunidade científica. Não foram acautelados riscos evidentes da perda de especialização, de previsibilidade e equilíbrio das diferentes áreas de conhecimento.

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — Como não foram?

A Sr.ª **Aida Carvalho** (PS): — O que o Governo apresenta como simplificação arrisca a concretizar-se em opacidade.

Importa lembrar que o modelo de gestão proposto para a nova agência assenta em três tutelas: ciência, economia e finanças.

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — E bem!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — E bem!

A Sr.ª **Aida Carvalho** (PS): — Talvez seja legítimo questionar se com este modelo o Sr. Ministro entende que está a simplificar ou a tornar ainda mais complexo todo o sistema.

Outro aspeto muito relevante: meses depois do anúncio da fusão, a nova agência continua sem estrutura organizativa interna e financiamento definido.

O sistema científico e tecnológico nacional precisa de coerência objetiva e de definição de caminhos de responsabilidade sem oscilações conjunturais ou regimes administrativos.

A solução encontrada não encontra paralelo no contexto da União Europeia, configurando uma adaptação simplificada e descontextualizada do modelo britânico, sem que seja claro se foram ponderadas as especificidades institucionais e os mecanismos de equilíbrio interno que sustentaram esse modelo.

Sr. Ministro, as propostas que o Partido Socialista aqui apresenta são claras: mais previsibilidade no financiamento e mais participação, qualidade e transparência. Porque a ciência não se governa por decreto, constrói-se com confiança, com estabilidade e com a participação…

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone da oradora foi automaticamente desligado.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Para a intervenção de encerramento, tem a palavra o Sr. Ministro da Educação, Ciência e Inovação, que dispõe de 2 minutos.

O Sr. **Ministro da Educação, Ciência e Inovação**: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: A criação da Agência para a Investigação e Inovação, a AI², é uma reforma estrutural. É uma forma diferente de planearmos e gerirmos a ciência e a inovação.

Aquilo que tivemos até agora em Portugal foi um planeamento em que olhávamos para trás. Em cada ano definíamos o que fazíamos com base no que tínhamos feito no ano anterior. Ora, nenhum país se desenvolve se não tiver o olhar no futuro. E não há área em que a responsabilidade de olhar para o futuro seja maior do que a área da ciência — e a área da educação também, já agora.

É isso que estamos a dar. Estamos a dar estabilidade, previsibilidade, um orçamento plurianual. Quando fazemos isso, garantindo estabilidade à comunidade científica, fazemo-lo, obviamente, tirando daí uma consequência: quando apresento um orçamento para 5 anos, tenho de fazer escolhas e tenho de definir prioridades. E a definição dessas prioridades e a forma como o orçamento para 5 anos vai ser definido está a ser feita seguindo uma metodologia que envolve toda a comunidade científica. É totalmente transparente. Todos os documentos vão estar disponíveis e estão a ser disponibilizados. Há uma plataforma *online* onde quem tem as suas questões pode colocá-las. Vamos ter conferências, iniciativas, em todo o País. Há muitas entidades que estão, elas próprias, a organizar iniciativas para mostrarem a importância que as suas áreas têm.

A Sr.ª **Júlia Almeida** (PS): — Isso é uma inovação?

O Sr. **Ministro da Educação, Ciência e Inovação**: — Por isso, nós estamos a criar o espaço para termos um debate sobre ciência e inovação, em Portugal, como nunca existiu.

Voz do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Ministro da Educação, Ciência e Inovação**: — Até agora, as prioridades para a ciência e para a inovação, em Portugal, foram definidas sem escrutínio público.

O Sr. **Porfírio Silva** (PS): — É preciso ter muita lata! Ó pá, esta malta chega cá e julga que inventa!

O Sr. **Ministro da Educação, Ciência e Inovação**: — É a primeira vez que estamos a fazer planeamento com a participação de todos, com um debate nacional e com total transparência.

A criação da AI² ou, se quiserem, a extinção da FCT, que tanto perturba o Partido Socialista, é uma mudança organizativa que é da responsabilidade do Governo de Portugal, que foi eleito e foi aprovado nesta Assembleia da República.

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Chegamos ao fim da nossa ordem de trabalhos de hoje. Recordo que reunimos amanhã, em reunião plenária, a partir das 10 horas da manhã, com a ordem do dia que está disponível nos suportes eletrónicos da Assembleia da República.

Boa tarde e até amanhã.

Eram 18 horas e 23 minutos.

Presenças e faltas dos Deputados à reunião plenária.

A DIVISÃO DE REDAÇÃO.